

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA –
PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARIA JOSÉ SANTOS RIBEIRO

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM
SAÚDE: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO TÉCNICA

JOÃO PESSOA – PB

2024

MARIA JOSÉ SANTOS RIBEIRO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM
SAÚDE: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO TÉCNICA**



Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Luís Gomes de Moura Neto

JOÃO PESSOA – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

R484p Ribeiro, Maria José Santos .

Práticas educativas no contexto da educação em saúde : implicações na formação técnica / Maria José Santos Ribeiro. – 2024.

79 f. : il.

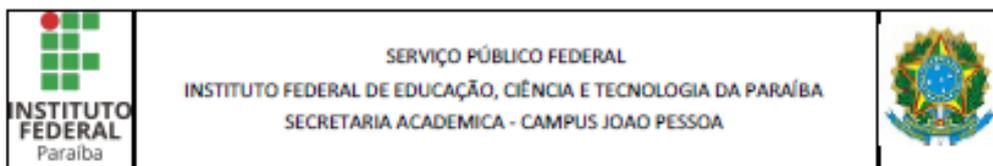
Inclui o Produto educacional : “Manual pedagógico”.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2024.

Orientação : Prof. Dr. Luís Gomes de Moura Neto .

1. Formação técnica. 2. Educação e saúde. 3. Implicações pedagógicas. 4. Trabalhadores do SUS. 5. Práticas pedagógicas. I. Título.

CDU 377:61(043)



ATA 203/2024 - SAC/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DE PRODUTO EDUCACIONAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL

EXAME Nº:14/2024

Às nove horas do vigésimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a Defesa de Dissertação e do Produto Educacional de Mestrado, do **Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)**, do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), na qual a mestranda **Maria José Santos Ribeiro**, matrícula 20221650013, apresentou a dissertação que tem como título "**PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO TÉCNICA**" e o produto educacional intitulado "**Manual pedagógico – Práticas Educativas ESP/PB**" cuja Linha de Pesquisa é "**Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**". A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes participantes: **Dr. Luís Gomes de Moura Neto**, IFPB (Orientador), **Dr. Handerson Leylton Costa Damasceno**, IFSertão-PE (Examinador Interno) e **Dra. Glaucia Diojania Azevedo Medeiros**, IFPB (Examinadora Externa). Após a apresentação e a arguição, os membros da Banca Examinadora consideraram a referida pesquisa **APROVADA**, com o seguinte parecer: a Dissertação e o Produto Educacional enquadram-se nas normas do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sendo destacadas a relevância do tema e a qualidade teórico-metodológica do trabalho, bem como a pertinência do Produto Educacional (PE) para os processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Ademais, a Banca Examinadora indica o seu compartilhamento com a Rede Federal, após serem cumpridas as considerações realizadas e seja feita uma revisão linguístico-ortográfica e normativa (ABNT). Também indica que seja publicada em forma de artigos em periódicos da área. Eu, **Luís Gomes de Moura Neto**, lavrei a presente ata, assinada pelos membros desta banca, pelo mestrando e por mim.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luís Gomes de Moura Neto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 24/10/2024 18:20:43.
- **Glaucia Diojania Azevedo Medeiros**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 24/10/2024 19:03:22.
- **Maria José Santos Ribeiro**, DISCENTE (20221650013) DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT - JOÃO PESSOA em 25/10/2024 18:55:25.
- **Handerson Leylton Costa Damasceno**, PROFESSOR DE ENGINHO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL em 25/10/2024 08:22:55.

Este documento foi emitido pelo SLIAP em 08/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código: 616051
Verificador: 0905117580
Código de Autenticação:



Dedico este trabalho ao meu filho,
Caio Valentino, que me faz aprender
todos os dias sobre não desistir e à
minha mãe, Maridete, por seu amor
cheio de significados e de fé.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a Deus, que me sustentou na fé, me guia e me concede a graça de realizar diariamente coisas novas.

Agradeço aos meus pais, Maridete e Manoel, pelos ensinamentos, por serem presentes em minha vida e por me apoiarem em todas as etapas.

Ao meu amado filho Caio, meu raio de luz, que me motiva a ser cada dia uma pessoa melhor, a superar os desafios.

A Fábio, meu companheiro, pelo apoio contínuo.

Aos meus irmãos, Deocleciano e Manuela, pelas palavras de incentivo, e em especial a José, pela presença e pela motivação.

Às cunhadas, Amanda e Silvana, por estarem sempre prontas a ouvir e a ajudar.

À Aline Poggi, minha sócia e amiga, que se fez presente em todo o meu percurso no mestrado.

Aos meus amigos, em especial a Cylene, que me manteve motivada e compartilhou comigo muitas coisas dessa trajetória;

À minha equipe de trabalho, pela motivação, pelo auxílio e pelo conhecimento compartilhado.

Ao professor Luís, meu orientador, pela sua paciência e pela sua dedicação. Sua competência e seu conhecimento compartilhado me ajudaram a chegar até aqui.

Ao professor Gilcean, que iniciou essa jornada comigo, sua colaboração foi essencial.

À Escola de Saúde Pública da Paraíba, pelo estímulo e pela sensibilidade, meu sincero agradecimento.

“Plantei um sitio no sertão de Piritiba dois de pés de guataíba, cajú, manga e cajá. Peguei na enxada como pega um catingueiro fiz aceiro botei fogo, vá ver como é que tá”.

Raul Seixas/Wilson Aragão

RESUMO

O objetivo deste estudo dessa pesquisa é analisar as práticas educativas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos de saúde da Escola de Saúde Pública da Paraíba. Para aplicar um produto educacional, manual pedagógico, que explore o contexto pedagógico no qual a escola está inserida. Isso se faz necessário devido a especificidade da formação técnica em saúde, quando o público são os profissionais de saúde já inseridos no contexto dos serviços do SUS, evidenciando um processo constante de construção, reconstrução e reflexão sobre a formação docente e estratégias para superar os desafios enfrentados no contexto da educação em saúde. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi conduzida a partir da perspectiva materialista-histórica da realidade humana e social, utilizando os questionários como instrumento para a coleta dos dados a serem analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). O percurso teórico começa com uma contextualização histórica da educação profissional em saúde no Brasil e as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), acompanhando a trajetória do contexto da criação da Escola de Saúde Pública do estado da Paraíba e a política de formação técnica em saúde, onde se discute educação profissional como parte significativa de um projeto nacional baseado em um conceito democrático de nação e de formação dos trabalhadores do SUS. O estudo teórico e a pesquisa de campo subsidiaram o desenvolvimento de Manual Pedagógico, que busca aproximar e problematizar as questões pedagógicas do contexto educativo da ESP/PB. Os resultados da pesquisa apontam para os desafios inerentes à proposta, que não se esgotam com a implementação do produto educacional, dada a complexidade e amplitude dos estudos e disputas em torno da formação técnica na área da saúde. Portanto, o estudo das práticas educativas desenvolvidos aqui nessa pesquisa, se propõe a contribuir por meio do produto educacional, no aprofundamento das discussões sobre as implicações pedagógicas na formação técnica.

Palavras-chave: Formação técnica. Educação e saúde. Implicações pedagógicas. Trabalhadores do SUS.

ABSTRACT

This study aimed to assess the educational practices within the context of technical health training at the Paraíba Public Health School. With the goal of implementing an educational product — a pedagogical manual — that addresses the pedagogical framework in which the school operates. This focus is essential due to the unique nature of technical health training, particularly when the target audience consists of health professionals already working within Brazil's Unified Health System (SUS). The study highlights the ongoing process of development, reflection, and adaptation in teacher training, as well as strategies to overcome the challenges faced in health education. To achieve this objective, the research was conducted from a materialist-historical perspective on human and social reality, employing questionnaires for data collection, which were subsequently analyzed using Bardin's Content Analysis. The theoretical framework begins with a historical overview of professional health education in Brazil and the SUS Technical Schools (ETSUS), tracing the creation of the Public Health School in Paraíba and the development of the policy for technical health training. This discussion situates professional education as a key component of a national project grounded in a democratic vision of nationhood and the training of SUS workers. The theoretical study, combined with field research, informed the development of a Pedagogical Manual aimed at critically examining the pedagogical challenges within the educational context of the Paraíba Public Health School (ESP/PB). However, the research findings indicate that the challenges inherent in this proposal are not entirely resolved by the implementation of the educational product, given the complexity of the field and the limited studies and discussions surrounding technical health training. Thus, this study of educational practices aims to contribute, through the educational product, to a deeper exploration of the pedagogical implications of technical health training.

Keywords: Technical training. Education and health. Pedagogical implications. SUS workers

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação do manual	57
Figura 2 – Validação do manual	58
Figura 3 – Avaliação do manual	59

LISTA DE QUAROS

Quadro 1 – Quantitativo de estudantes/trabalhadores formados de 2006 a 2024	33
Quadro 2 – Quantitativo de estudantes/trabalhadores formados em cursos de qualificações entre 2015 e 2024	34
Quadro 3 – Participantes da pesquisa	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação pedagógica	61
Gráfico 2 – Questão 01	64
Gráfico 3 – Questão 02	65
Gráfico 4 – Questão 03	66
Gráfico 5 – Questão 04	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESP-PB – Escola de Saúde Pública da Paraíba

CEFOR-RH – Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

RETSUS – Rede de Escolas Técnicas do SUS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentando o tema em discussão	14
1.2 O cenário local	18
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	22
2.1 Objetivo geral	22
2.2 Objetivos específicos	22
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	23
3.1 A educação profissional em saúde no Brasil e as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS)	23
3.2 O contexto da criação da Escola de Saúde Pública do estado da Paraíba	29
3.3 A política da formação técnica em saúde	35
3.4 Práticas educativas e a formação integral do estudante trabalhador: a busca de uma educação integral, humana e omnilateral	39
3.5 Formação docente para a educação profissional em saúde: porque (re)significar? ...	44
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	49
4.1 Caracterização da pesquisa	49
4.2 O cenário da pesquisa: universo e amostra	51
4.3 Estratégias e instrumentos de coleta de dados	52
4.4 Estratégias de tratamento dos dados	54
5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): CONTEXTUALIZANDO O MANUAL PEDAGÓGICO ESP/PB	56
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	76

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentando o tema em discussão

Para a constituição desse objeto de pesquisa, consideramos necessário apresentar nosso percurso relacionado à educação profissional em saúde, com o propósito de entender a escolha do tema. Este estudo surge das preocupações de uma pedagoga que há 11 (onze) anos vivencia o ensino em saúde e que apresenta a sua trajetória a partir do entendimento que a educação é início, meio e fim, e, deste modo, vivencia as preocupações centradas na qualidade da educação oferecida a trabalhadores de nível médio da saúde que anseiam pela formação técnica. Ao ser inserida, em 2013, como coordenadora do Núcleo Estratégico de Documentação e Arquivo e Escolar do CEFOR-RH/PB, passei a me envolver com as demandas de formação em saúde pública de maneira geral, acompanhando efetivamente as turmas de estudantes, de trabalhadores e de professores, bem como articulando toda a parte de documentos e de processos relacionados à parte pedagógica da formação técnica, marcando o início de uma interação mais direta com a questão da qualificação profissional do trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando as situações de formação e a dinâmica de crescimento da escola, foi necessário um aprofundamento acerca das reflexões sobre a relação trabalho e educação no SUS, possibilitada por meio de cursos e do fazer em equipe com os técnicos da escola, participando das decisões referentes às atividades escolares e da gestão da Educação Permanente em Saúde (EPS).

Atualmente, a sociedade vive fortemente influenciada pelo modelo de produção capitalista, que desde sua origem é criticado por gerar desigualdades entre as diferentes camadas sociais. A educação é uma das ferramentas mais eficazes para combater as desigualdades sociais, mas os interesses do capital acabaram por se apropriar dessa ferramenta, transformando a educação em um meio de reprodução do próprio capital. Galvão (2007, p. 171) nos lembra que “a educação passou a ser o fator por excelência para o desenvolvimento e progresso dos indivíduos e das nações”, sendo sua principal finalidade “formar para o trabalho e formar para a cidadania burguesa”.

De fato, esse é o discurso mais associado à educação, amplamente difundido pela máxima de que devemos estudar para garantir um bom futuro, como sempre repetido por pais e por professores. Mas será que esta é a única finalidade da educação: formar indivíduos preparados para o mercado de trabalho?

Ao revisitar a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, percebemos que a finalidade da educação definida em seu Capítulo III, Artigo 205, indica que o trabalho não é a única finalidade da educação, afirmando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Esta pesquisa parte de um estudo acerca das práticas educativas no contexto dos cursos técnicos de saúde da Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), considerando o seu contexto histórico, pedagógico, ideias e concepções no que compreende a formação profissional técnica na área da saúde. Isso envolveu a inclusão as documentações que orientam seus princípios e bases legais e buscou detectar as práticas educativas de formação em saúde diante das interfaces que norteiam o espaço e o trabalho pedagógico.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de compreender quais as lacunas existentes no processo de formação dos trabalhadores da saúde, por meio dos cursos técnicos promovidos pela ESP-PB, tendo em vista que, quando se fala em práticas educativas, busca-se compreender e contextualizar todo o processo educacional para a concretização dos processos pedagógicos que envolvem um curso, em que se analisa como esse conjunto de fatores influenciam a vida dos sujeitos em formação, verificando os elementos que compõem os projetos de curso, os formatos de integração e articulação de sua proposta educativa diante das interfaces que norteiam o espaço e o trabalho pedagógico do docente e que necessitam ocorrer nas instituições de ensino de modo consciente, planejado e comprometido com a formação integral e humana.

Nesse contexto, surge a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), composta por 40 escolas técnicas, caracterizadas como Centros Formadores de Recursos Humanos e Escolas de Saúde Pública do SUS. Elas se destacam nos estados como uma força significativa em torno da saúde pública, na perspectiva ampliar a formação técnica dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando a importância da valorização do trabalho para a saúde, de forma a proporcionar aos trabalhadores o conhecimento sobre sua prática de trabalho e de vinculá-la aos princípios do SUS (Ramos, 2010). Na Paraíba, a ESP-PB é a instituição de referência para a qualificação dos trabalhadores do SUS, estando esses trabalhadores presentes nos 223 municípios do estado. Ela tem seu olhar formativo a partir dos serviços de saúde, em um contexto de envolvimento crescente da gestão do SUS nos processos de formação, sendo a educação pensada pelo trabalho na perspectiva de valorizar todo o conhecimento que é

produzido no cotidiano do serviço, na prática diária, reforçando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUS (PARAÍBA, 2018).

A ESP-PB faz parte da RET-SUS, por meio de uma estratégia de articulação para fortalecer a educação profissional em saúde no Brasil, que tem como objetivo a troca de experiências, de debates coletivos e de construção de conhecimento em Educação Profissional em Saúde. Trata-se de uma rede criada pelo Ministério da Saúde (MS), pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), por meio da Portaria nº 1.298, de 28 de novembro de 2000, atualizada pela Portaria nº 2.970, de 25 de novembro de 2009 (EPSJV, 2009).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é construída numa perspectiva de superação e de aquisição de técnicas para suprir demandas de trabalho, a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo (Saviani, 1989). Entende-se que ela precisa ser construída com uma base interdisciplinar, visando o desenvolvimento integral, formando seres humanos autônomos e conscientes para os processos que envolvem o trabalho e a dimensão humana. Entender os processos que se desenvolvem por meio das práticas educativas no contexto da educação profissional em saúde é um desafio, frente às necessidades urgentes que se apresentam no cenário da saúde pública. É importante refletir sobre o trabalho e a formação do trabalhador, reconhecendo a organização social do trabalho e suas relações sociais e econômicas, pensar as práticas educativas que se concretizam para a formação técnica na área da saúde e, nessa perspectiva, entender os meios que podem contribuir com os processos educacionais que envolvem educação na saúde.

As bases conceituais e legais de EPT pressupõem a convicção de que a formação integral - atender a todos em todas as dimensões-, precisa necessariamente superar o cartesianismo, o empirismo, o positivismo e o essencialismo em face do materialismo histórico-dialético. Isso porque no materialismo as condições de transformação do sujeito e da sociedade estão a disposição do próprio sujeito e não depende de algo externo a ele (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 307).

Partindo da concepção do trabalho como princípio educativo, Saviani (1989) aponta que, constituído como o centro da formação humana, a formação para o trabalho precisa estar alicerçada em práticas educativas que envolvam os conhecimentos teóricos e práticos de forma não dicotômica. A constituição desse objeto de pesquisa apresenta as práticas docentes desenvolvidas no percurso educativo da ESP-PB frente à educação profissional em saúde partindo da importância do surgimento das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) como marco

histórico no contexto da formação técnica de trabalhadores em saúde. Nesse sentido, existe um grande desafio de trazer a realidade pré-existente, objetivando discutir as práticas educativas em saúde na perspectiva de partilhar esse entendimento com a equipe técnico-pedagógica que atua na formação em saúde. São avanços e desafios que precisam ser dialogados e adequados às exigências do mundo do trabalho, as inovações tecnológicas e o compromisso social dessa formação com a melhoria e qualidade do Sistema Único de Saúde. As Escolas Técnicas de Saúde (ETSUS) foram criadas para fortalecer o contexto de redemocratização da sociedade brasileira, como estratégia aos problemas identificados naquela época da baixa qualificação da força de trabalho empregada nos serviços de saúde e da necessidade de se articularem o setor saúde e o setor educação (Sório; Lamarca, 1998). O trabalho dessas instituições era a formação de nível médio para o setor da saúde.

Dessa forma, delinea-se a proposta inicial desta pesquisa, em que se observa o contexto de criação e as finalidades das escolas técnicas de saúde e seus desdobramentos educacionais no contexto atual da Educação Profissional e Tecnológica. São espaços de referência para a formação em saúde que buscam imprimir outro significado ao contraditório contexto de formação humana e da força do trabalho para a produção geral na busca da formação omnilateral. Segundo Frigotto (2012), é preciso levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e tem como contexto condições objetivas e subjetivas reais dos educandos para o seu pleno desenvolvimento. Frigotto (2012) diz ainda que para realizar uma formação omnilateral, os processos, os métodos, os espaços e o tempo de ensino precisam ser determinados pela dialética entre a teoria e a prática. Segundo Paulo Freire (2000a, p. 40):

Na compreensão da história como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que o construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da história nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos.

É necessário compreender de que forma a escola reconhece na sua identidade o contexto das práticas educativas para uma formação humana? As práticas educativas têm possibilitado aos profissionais da saúde em formação a reconhecer o seu papel individual e coletivo enquanto sujeitos emancipados e agentes de transformação?

O envolvimento com as demandas de gestão e com a operacionalização dos cursos técnicos em saúde, desde a concepção do PPC até a execução *in loco*, permitiu conhecer suas

limitações, suas defasagens, a frágil e inconstante relação entre os estudantes, as práticas educativas e os profissionais dos serviços de saúde, em que há dificuldade em executar os cursos em todo o Estado, devido à pequena quantidade de profissionais qualificados. Assim, são originadas as consequências da não existência de um quadro fixo de professores na escola e as dificuldades geradas com os processos de formação e a aproximação desses profissionais com o contexto educativo da escola.

A partir destas experiências pessoais e profissionais, veio o questionamento, por exemplo, do porquê os profissionais que realizam as formações técnicas da escola ainda têm dificuldade em se aproximar do contexto educativo da ESP? Quais os principais desafios enfrentados no contexto das práticas educativas em saúde que (im)possibilitam a formação integral e humana?

Do exposto até aqui, é possível compreender que a aproximação com o contexto educativo da ESP-PB é uma necessidade emergente aos profissionais docentes que chegam a cada novo curso, de forma a provocar em toda a equipe pedagógica uma mudança de postura, de conhecimentos profissionais e de mentalidades a partir da construção de uma visão mais voltada ao SUS e às especificidades dos cursos que estarão envolvidos.

1.2 O cenário local

As atividades de qualificação dos profissionais do SUS no estado da Paraíba iniciaram por meio de cursos de capacitações pedagógicas multiprofissionais descentralizadas para os trabalhadores vinculados aos núcleos regionais de saúde, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-PB). Criou-se, então, o Núcleo de Capacitação Técnica da SES-PB que debatia a possibilidade de estruturação de uma Escola Profissionalizante de Saúde, a partir da nova realidade apresentada pela reforma sanitária e pelo surgimento do SUS em 1988. Inicialmente, priorizava capacitações técnicas e pedagógicas na área de Enfermagem, de Materno Infantil e de Doenças Transmissíveis (Paraíba, 2018).

A criação do SUS provocou a reflexão sobre a precariedade dos recursos humanos para a saúde a nível estadual e, a partir de então, ampliou as discussões sobre a formação e a necessidade de reorganização dos processos formativos para a saúde. Nessa perspectiva, no início dos anos 90, surgiu no estado o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR-RH/PB), através da Lei N° 5.871 de 11 de abril de 1994, como a gerência de educação da Secretaria de Estado da Saúde.

O CEFOR-RH/PB passou a ser o órgão responsável pela formação e pela qualificação profissional dos trabalhadores do SUS na Paraíba, através de cursos técnicos e de qualificações, de acordo com as necessidades locais e regionais do estado, buscando inserir nos contextos de formação questões vinculadas à ética e à humanização em saúde. Em 2021, por meio da Lei Governamental nº 11.830 de 05 de janeiro de 2021, o CEFOR-RH/PB é transformado em ESP-PB e se credencia para ampliar suas ofertas de formação, deixando de atuar somente nas qualificações e cursos técnicos e passando a ofertar os cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização de forma presencial.

Conforme os documentos institucionais, a ESP-PB tem como missão fortalecer a Rede de Educação na Saúde, a fim de promover a qualificação dos trabalhadores do SUS e dos estudantes da área de saúde, por meio de propostas pedagógicas inovadoras e dialógicas (Paraíba, 2021). Trata-se de um espaço que busca pensar a educação pelo trabalho, o qual deve ser realizado em equipe e precisa valorizar todo o conhecimento que é produzido no cotidiano do serviço, dessa prática diária se gera inovações na busca de responder às necessidades das pessoas que são cuidadas na saúde, refletindo sobre as práticas que darão norte ao trabalho do docente que será responsável pela formação técnica dos profissionais, considerando que estamos em contínua transformação no mundo do trabalho e que a formação de trabalhadores em saúde precisa ser humana, cidadã e ética, para elevar os níveis de qualidade e de humanização dos serviços de saúde (Paraíba, 2021). Além disso, ao considerarmos o contexto apresentado até aqui e, fazendo uma relação com o percurso que nós, profissionais técnicos, desenvolvemos na educação profissional em saúde, percebemos o quanto se faz necessário desenvolver pesquisas relacionadas a práticas educativas e suas implicações na formação técnica.

Desde 2013, iniciaram-se atividades mais direcionadas à EPT, por meio do Núcleo de Documentação em Arquivo Acadêmico. Desde então, passamos a nos aproximar das questões de formação em saúde, acompanhando e desenvolvendo propostas de cursos, formação docente e execução das turmas dos cursos técnicos em saúde, em todo o estado, atuando diretamente com os documentos, com os processos e com as atividades relacionadas à parte pedagógica da formação técnica, atuando diretamente com a questão da qualificação.

Diante do exposto, observa-se ainda que educação vem se estruturando é pelas das inúmeras transformações ao longo dos anos. Dessa forma, cabe lembrar que, segundo Saviani (1989, p. 13), “os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem conhecimentos eles não podem também produzir e, por consequência, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital”, assim, percebe-se que

a educação ainda precisa romper a cultura dualista referente ao “trabalho manual” e ao “trabalho intelectual” e promover uma formação plena, em que este indivíduo tenha condições reais de desenvolver um pensamento crítico e analítico acerca do mundo que o cerca.

Aprofundar as questões educativas acerca da relação trabalho e educação correlacionando a formação em saúde, possibilita caminhos para suprir com as limitações, o ensino pautado na teoria e nas defasagens, na frágil e inconstante relação com os profissionais envolvidos nos processos de formação técnica e com os serviços de saúde. Este é exatamente o desafio que uma pedagoga se depara quando desponta para a área da saúde, especialmente saúde pública: fazer com que as práticas pedagógicas se relacionem diretamente com a prática de saúde e sejam discutidas em um contexto mais amplo, que leve em consideração a dimensão do ensino-aprendizagem e o contexto educacional em que se insere, o que corrobora com a justificativa do objeto de estudo desta pesquisa.

Os profissionais da Pedagogia, conforme Libâneo (1999), enquanto profissionais das ciências da educação, ocupam uma posição de investigação e podem auxiliar a pensar os processos educativos em sua totalidade. A ESP-PB, apesar de apresentar um percurso consideravelmente longo e duradouro na educação profissional, desenvolvendo suas atividades educacionais desde 1996, apresenta ainda muitas fragilidades pedagógicas, como a formação dos profissionais docentes consistindo em um desafio a ser superado. Nesse sentido, nas práticas educativas de formação em saúde se torna indispensável o conhecimento e a participação desses profissionais em todos o processo da formação técnica, a partir de uma abordagem contextualizada, crítica, analítica e transformadora, que contribua para uma educação emancipatória dos trabalhadores.

Os profissionais envolvidos na formação técnica precisam conhecer a proposta educativa da escola por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, entendendo esse documento como uma ferramenta de organização coletiva pode contribuir para o processo de mudanças necessárias, integrando-o e orientando-o, assim como envolvendo todos os setores da escola para participarem ativamente na consolidação de um modelo educacional que corresponda às demandas da sociedade. Ele é capaz de provocar transformações organizacionais significativas, ao envolver a comunidade escolar na busca por soluções colaborativas para os problemas e às necessidades educacionais, visando a efetivação do papel social da escola. Sob essa ótica, ele deve fomentar a organização e aprimorar a gestão escolar, atendendo às demandas contemporâneas de respeito à diversidade, à etnicidade, às múltiplas referências e aos limites do conhecimento, garantindo, assim, a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Conforme Santos (2009), as estratégias propostas no PPP têm o potencial de concretizar a finalidade da instituição de ensino, que consiste em formar indivíduos competentes, participativos, responsáveis, críticos e criativos por meio da interação com os conhecimentos. Dessa forma, os aspectos políticos e pedagógicos estão intimamente relacionados, sendo considerados como um processo constante de reflexão e de debate sobre os desafios da escola, em busca de soluções viáveis para concretizar seus objetivos, que não são apenas críticos ou descritivos, mas sim construtivos (Veiga, 1995, p. 13).

Apenas com a participação conjunta de todos os membros da comunidade escolar, compreendendo plenamente o propósito que a instituição almeja cumprir na sociedade, poderemos concretizar sua visão política e pedagógica, de modo a torná-la realidade.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas educativas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos de saúde da Escola de Saúde Pública da Paraíba.

2.2 Objetivos específicos

- a. Verificar as práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica da Escola de Saúde Pública da Paraíba;
- b. Verificar os processos de articulação pedagógica existentes entre docentes e equipe técnica;
- c. Levantar as principais dificuldades e resistências no contexto das práticas pedagógicas na Escola de Saúde Pública da Paraíba;
- d. Elaborar um manual norteador para as práticas educativas da Escola de Saúde Pública da Paraíba.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A educação profissional em saúde no Brasil e as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS)

Refletir sobre a educação implica reconhecer o ser humano como um ser histórico e social, destacando sua totalidade a partir da síntese de suas diversas relações. Nesse contexto, é essencial entender o conhecimento como uma criação do pensamento, por meio da qual se apreendem e se representam as relações que formam e estruturam a realidade (Ramos, 2014). Segundo o Ministério da Educação (MEC), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um dos pilares para o desenvolvimento nacional, integrando ensino, pesquisa e extensão para promover uma formação abrangente e articulada com o setor produtivo.

A importância da educação profissional em saúde no Brasil considera a complexidade e a necessidade de um sistema de saúde bem estruturado. Os cursos técnicos em saúde têm a missão de formar profissionais capacitados para atuar em diferentes segmentos, desde a atenção básica até a alta complexidade, garantindo um atendimento de qualidade à população.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) destaca a relevância da educação permanente em saúde como um eixo estratégico para a qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o CONASS (2016), “a formação profissional em saúde deve ser contínua e integrada às necessidades do SUS, promovendo uma cultura de melhoria contínua e resposta às demandas do sistema de saúde brasileiro”.

As escolas técnicas em saúde desempenham um papel fundamental na formação de técnicos na área de enfermagem, radiologia, análises clínicas, saúde bucal, entre outros cursos, oferecem formações que combinam teoria e prática, preparando os alunos para enfrentar os desafios do ambiente de trabalho real. São instituições que estabelecem parcerias com hospitais, clínicas e unidades de saúde, permitindo que os estudantes não somente realizem estágios, mas que tenham vivência da prática profissional durante a formação. Segundo o CONASS (2016), “a articulação entre teoria e prática é essencial para garantir a formação de profissionais competentes e comprometidos com a qualidade do atendimento à saúde”.

A década de 1960 é crucial para compreendermos o começo da institucionalização das políticas de formação de profissionais de saúde. Esse debate sobre o processo de institucionalização precede a criação do SUS, sendo que a III Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1963, pode ser vista como o ponto de partida para o tratamento político-institucional dos desafios relacionados aos recursos humanos em saúde (Vieira, 2011). Nesse período, a política de saúde não era universal e a atuação do Estado se limitava a resolver

problemas de doenças como forma de controle das condições sanitárias do país. De acordo com Baptista (2007), nesse período:

Modelo político em vigor para a saúde, com as ações e serviços de saúde pública de um lado e o sistema previdenciário de outro, com políticas isoladas de saúde que atendiam a diferentes objetivos. Uma política de saúde pública universal e com ênfase na prevenção das doenças transmissíveis, e uma política de saúde previdenciária, restrita aos contribuintes da previdência e seus dependentes, com ênfase na assistência curativa. O direito à saúde integral ainda não era um direito do cidadão brasileiro (p. 40).

O contexto histórico da Educação profissional em saúde nos apresenta dados sobre o princípio da integração ensino-serviço, o que nos permite entender que as políticas nessa área se desenvolveram sobre a referência da integração da formação dos trabalhadores com a realidade dos serviços. A introdução de sofisticados equipamentos médicos no processo de trabalho em saúde, no âmbito hospitalar, fomentou a ideia da formação de técnicos de saúde de nível médio e fortaleceu a ideia de um “suposto” mercado de trabalho para esses profissionais (Pereira; Lima, 2009). Cabe levar em conta que os serviços de saúde foram e ainda são “um importante pólo de criação de postos de trabalho, especialmente quando o associamos ao modelo de saúde adotado no pós-64, onde se focalizou na ampliação em larga escala da produção de serviços médicos hospitalares” (Pereira; Lima, 2009, p. 184). A análise dessa realidade proporcionou a mudança na produção do cuidado, observada nas necessidades reais da população e nos acúmulos construídos historicamente pelos trabalhadores da saúde.

Desde a década de 1970, houve, no Brasil, uma significativa concentração de esforços em torno da saúde pública, resultando na criação das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS). O surgimento das ETSUS foi um marco importante na história da formação dos trabalhadores em saúde. Apesar de essas instituições terem origens diversas, o que as une é o fato de serem escolas do setor saúde, com a finalidade de melhorar a educação profissional nessa área e de promover a qualificação técnica de trabalhadores já inseridos no sistema de saúde, a partir de um modelo de educação profissional descentralizado e em relação estreita com os serviços de saúde. Sua forte vinculação com os serviços, por um lado, estrutura o princípio que as identifica – a integração ensino-serviço – mas, por outro, bloqueia a sua consolidação como instituição educacional, com características e dinâmicas próprias a essa natureza (Ramos, 2010). Constata-se ainda que, “apesar de todo o investimento feito nessas escolas, o qual, inclusive, aprimorou significativamente as instalações físicas, essas instituições

vivem a instabilidade de, em alguns níveis, não terem autonomia, especialmente a financeira” (Ramos, 2010, p. 61).

Ramos cita que:

É necessário reconhecer que o movimento de construção das referências da formação dos trabalhadores técnicos em saúde deu-se mediante a crítica à educação reprodutivista e elitista que hegemoniza o pensamento educacional burguês que também, historicamente, deu direção à política educacional brasileira. Porém, ao se fazer a opção pela escola estritamente profissionalizante para esses trabalhadores, a maioria deles com escolaridade básica incompleta, acabou-se corroborando o princípio da dualidade educacional brasileira, qual seja, educação básica de qualidade para a elite e escola profissionalizante – precipuamente voltada para o exercício do trabalho manual – para os trabalhadores (Ramos, 2010, p. 277-278).

Segundo Ramos (2010, p. 275) “na tentativa de superar a pedagogia tradicional, hegemônica na educação brasileira, a educação profissional em saúde desenvolveu-se com base na epistemologia pragmatista, cuja expressão pedagógica mais significativa em nosso país foi o escolanovismo”, isto é, se contrapunha ao tradicional, tentando se diferenciar das práticas pedagógicas anteriores.

Considerando o trabalho e a educação profissional em saúde, Pereira (2006) destaca que os trabalhadores técnicos de saúde desenvolvem trabalho complexo, na perspectiva de valor de uso e, portanto, precisam de formação qualificada. Debater a qualificação da mão-de-obra para a saúde não é o mesmo que discutir a formação na área. Enquanto a formação para a saúde busca universalizar o setor por meio do acesso igualitário, a qualificação da mão-de-obra foca apenas em atender às exigências do mercado de trabalho. Dessa maneira, é necessário que seja feita: a defesa da escola e da escolaridade como política pública e como condição para a formação dos trabalhadores técnicos em saúde; a defesa da explicitação da dimensão política e técnica da prática educativa na saúde; a crítica ao positivismo, ao cientificismo e ao tecnicismo; o trabalho como princípio educativo e a ideia da qualificação como construção social (Pereira; Lima, 2009).

Pereira e Lima (2009, p. 185) afirmam ainda que é necessário que o papel do ensino médio e da educação profissional em saúde seja o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho, o que significa compreender como a “ciência se converte em potência material no processo de produção de mercadorias, de maneira geral, e nos serviços de saúde, em particular”, acrescentando que, dessa maneira,

deveria propiciar aos estudantes o domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Tem que ser capaz de fazer com que quem estuda seja capaz de compreender o que estuda e não apenas decorá-lo para atingir determinadas metas (Pereira, Lima, 2009, p. 185).

Os princípios do SUS exigem que os profissionais de saúde sejam mais responsáveis pelos resultados de suas ações (Silva; Santana, 2015). É crucial que esses trabalhadores sejam comprometidos ética e politicamente, valorizando a promoção, a proteção, a prevenção e a atenção integral à saúde. Para Almeida Filho (2013), a força de trabalho ideal deve ser composta por profissionais qualificados, capacitados e focados na igualdade em saúde. Além disso, é essencial que tenham uma visão holística, que vá além dos serviços de saúde ou da gestão.

As ETSUS cresceram no ideal de ir de encontro a essa contradição, especialmente à medida que se dedicam a proporcionar aos trabalhadores o conhecimento sob sua prática de trabalho e de vinculá-la aos princípios do SUS, pautando-se no conceito ampliado de saúde (Ramos, 2010).

Contudo, na década de 1990, dentro de um contexto neoliberal, a formação dos trabalhadores técnicos de saúde, passou por sérios problemas constitutivos, principalmente em instituições públicas. Em primeiro lugar, a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde não conseguiu se consolidar como espaço de formação profissional, em razão da asfixia financeira a que foram submetidos os estados e municípios brasileiros. Além disso, a maioria dessas escolas não conseguiu se constituir como unidade orçamentária e de lotação de pessoal, com autonomia administrativa e financeira; dessa forma, foram escassas as possibilidades de construção de um projeto próprio. A falta de recursos financeiros e de autonomia a que estavam submetidas, gerou um impasse entre satisfazer as demandas para a realização de ações de formação dos trabalhadores técnicos de saúde já engajados nos serviços ou contemplar as novas demandas de formação, decorrentes da implantação de novas ações e programas de saúde (Pronko, *et al.*, 2011).

Entender o processo histórico da educação profissional e das políticas que promoveram o fortalecimento da formação em saúde é fundamental para apreciar a evolução e os desafios enfrentados nesse campo. A educação profissional no Brasil passou por diversas fases de transformação, influenciada por mudanças sociais, econômicas e políticas que moldaram a estrutura e o enfoque dos programas de formação.

Começam a surgir as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) e os Centros Formadores de Recursos Humanos (CEFOP-RH), por todo o país, como espaços de melhoria, para a qualificação de profissionais, envolvidos no atendimento em saúde,

inicialmente com foco nos profissionais auxiliares de enfermagem. Devidamente reconhecidos e autorizados pelo sistema educacional e vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde, na Paraíba, foi criado, em 1994, o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR-RH/PB), com a finalidade de ser o espaço responsável pela formação e qualificação de trabalhadores da saúde de nível médio dos serviços públicos de saúde da Paraíba (Paraíba, 2018).

As atividades de qualificação dos profissionais do SUS tiveram seu início quando a Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB), preocupada com a condução do processo pedagógico dos seus treinamentos, viabilizou vários cursos de capacitações pedagógicas multiprofissionais descentralizadas para os núcleos regionais de saúde na Paraíba. Houve então o início da discussão do núcleo de Capacitação Técnica da SES-PB, que debatia a possibilidade de estruturação de uma Escola Profissionalizante de Saúde, visando institucionalmente, compatibilizar o ensino com as questões do Movimento da Reforma Sanitária.

A partir da análise criteriosa do Projeto Político-Pedagógico (PPP), dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e da trajetória da instituição de ensino, é viável compreender a progressão e a importância das metodologias educacionais ao longo do tempo. Esses registros demonstram a evolução da escola e a sua capacidade de se ajustar às necessidades da comunidade, com especial destaque na capacitação de indivíduos para atuação na área da saúde.

A importância histórica da instituição de ensino pode ser percebida em suas atividades educativas desde 1988, quando o foco da formação era em capacitações técnicas e pedagógicas em áreas estratégicas como Enfermagem, Saúde Materno-Infantil e Doenças Transmissíveis. Esse direcionamento estratégico, registrado pelo Governo da Paraíba (2001), ressalta a necessidade de uma formação especializada que pudesse atender às demandas emergentes da saúde pública naquela época. O foco nessas áreas tinha como objetivo garantir que os profissionais estivessem devidamente preparados para lidar com os desafios específicos da saúde da população, contribuindo diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde no estado e, conseqüentemente, no país.

A ênfase nas capacitações técnicas e pedagógicas não foi apenas uma reação às necessidades imediatas, mas também firmou a escola como um ponto de destaque na preparação de profissionais de saúde. As estratégias educativas registradas no Projeto Político Pedagógico e nos Planos de Curso demonstram um comprometimento constante com a excelência e a importância da educação proporcionada, ajustando-se às transformações nas diretrizes de saúde e nas carências da sociedade. O início das atividades da ESP-PB se deu como CEFOR-RH, ainda na década de 1990, período em que ocorria um amplo movimento, reunindo esforços pela

democratização da sociedade brasileira e novas políticas na área de saúde para atender às necessidades da população por meio dos serviços de saúde pública (Ramos, 2010).

O CEFOR-RH passou a ser o principal responsável pela gestão da educação na saúde, por meio da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB) e se tornou o responsável, para além das formações técnicas de nível médio para trabalhadores, pela Política da Rede Escola SUS-PB – que regulamenta as parcerias, as pactuações e os fluxos de estágio, de pesquisa e de extensão, realizados por instituições públicas e privadas, na rede de serviços de saúde da SES-PB, pelas residências médicas, multiprofissionais e uniprofissional da SES-PB – e pela Política de Educação Permanente em Saúde – que busca estimular as atividades pedagógicas inerentes ao processo de trabalho das equipes de atenção e de gestão no SUS-PB (Paraíba, 2021). Entre o período de 2011 a 2022 a referida escola realizou diversas qualificações em diferentes níveis de escolaridade (cursos técnicos, qualificações e especializações). De acordo com os dados inicialmente analisados junto à secretaria acadêmica, a escola qualificou 1.923 profissionais com a formação técnica e mais de 10.399 profissionais do SUS em diversas áreas e em diferentes níveis escolares, entre várias outras propostas de educação vinculadas a ESP-PB. Ao considerarmos as dificuldades estruturantes que a escola passou no mesmo período, este é um número considerável que merece o acompanhamento necessário para que se possa não somente ter números, mas também qualidade nas formações oferecidas pela escola (Paraíba, 2021).

Em 2009, através da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde, com a Portaria n° 620/GS/SES/2009, o CEFOR-RH/PB passou a ser o gestor da Educação Permanente em Saúde (EPS) no Estado, assumindo não somente a qualificação dos profissionais da saúde, como também passando a gerir as políticas estaduais de formação permanente (Paraíba, 2009). De modo geral, EPS é “a aprendizagem no trabalho, a partir dos problemas enfrentados na realidade, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, transformando as práticas profissionais e a própria organização do trabalho” (Brasil, 2007, p. 13).

Dessa maneira, a EPS precisa ser entendida, como uma prática de ensino-aprendizagem que deve se “basear na produção de conhecimentos que respondam a perguntas que pertencem ao universo de experiências e vivências de quem aprende e que gerem novas perguntas sobre o ser e o atuar no mundo”, e como uma política de educação na saúde “sendo estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para a saúde, envolvendo a contribuição do ensino na construção do SUS” (Ceccim; Ferla, 2009, p. 162-163).

A EPS foi aprovada na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde (CNS) como política específica no interesse do sistema de saúde nacional, por meio

da Resolução CNS n. 353/2003 e da Portaria MS/GM n. 198/2004 (Ceccim; Ferla, 2009). Essa política afirma que:

1) a articulação entre ensino, trabalho e cidadania; 2) a vinculação entre formação, gestão setorial, atenção à saúde e participação social; 3) a construção da rede do SUS como espaço de educação profissional; 4) o reconhecimento de bases locais como unidades político-territoriais onde estruturas de ensino e de serviços devem se encontrar em 'co-operação' para a formulação de estratégias para o ensino (Ceccim; Ferla, 2009, p. 164).

Atualmente, com o propósito de avançar em uma política de formação que envolva os trabalhadores e profissionais do SUS da Paraíba e identificando a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem que ressignifique os espaços de prática e produção do cuidado integral e humanizado em toda rede SUS, o CEFOR-RH foi transformado na ESP-PB, com a missão de fortalecer a Rede de Educação na Saúde para qualificação de trabalhadores do SUS e de estudantes da área de saúde implementando seus processos educacionais com propostas pedagógicas inovadoras e dialógicas para subsidiar as ações referentes ao trabalho, à pesquisa e à inovação, à docência, à extensão e ao cuidado em saúde nos múltiplos contextos em consonância com as políticas públicas de saúde.

Com o propósito de avançar em uma política de formação que pudesse envolver os trabalhadores e profissionais do SUS da Paraíba e identificando a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem que ressignifique os espaços de prática e produção do cuidado integral e humanizado em toda rede SUS, o CEFOR/RH-PB propôs a criação da ESP-PB. Em 06 de janeiro de 2021, a Lei 11.380 transformou a estrutura do CEFOR na Escola de Saúde Pública do Estado da Paraíba.

3.2 O contexto da criação da Escola de Saúde Pública do estado da Paraíba

O CEFOR-RH/PB foi instituído pela Lei Estadual nº 5.871, em 11 de abril de 1994, com a finalidade de ser o local responsável pela capacitação de profissionais de saúde de nível médio que atuam nos serviços públicos de saúde da Paraíba. O período de sua criação coincide com a promulgação da Lei 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, que representa uma nova abordagem na forma de se pensar a saúde no Brasil, levando em consideração aspectos como alimentação, moradia, educação, meio ambiente, lazer, saneamento básico, trabalho, transporte, entre outros fatores derivados da estrutura social e política do país.

Assim, a nível nacional, durante os anos 2000, ocorreu a elaboração e a execução de políticas de capacitação profissional na área da saúde, como o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), que tinha como pilares a modernização, com aquisição de equipamentos e de sistemas de informática; a formação de gestores, para solicitar recursos e saber gerenciá-los; e a capacitação de professores e elaboração de currículos para áreas estratégicas (Lima; Braga, 2006) e o Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (PROFORMAR). No final dessa década, surgiu o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), o qual “conseguiu elevar o nível de escolaridade de muitos técnicos em saúde” (Vieira; Chinelli, 2013, p. 1594-1595).

Os primeiros programas educacionais promovidos pelo CEFOR/RH-PB, posteriormente às inovações introduzidas pelos referidos programas, foram direcionados para a capacitação técnica de indivíduos que atuam na área da enfermagem, odontologia, radiologia, vigilância em saúde, hemoterapia, além dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), totalizando a formação de cerca de 11.045 profissionais, desde 1997 até 2018. Adicionalmente, o CEFOR/RH-PB estabeleceu parcerias com instituições de ensino superior, a fim de oferecer programas de especialização que beneficiaram 1.189 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), no período compreendido entre os anos de 2011 e 2015.

Os cursos destinados aos profissionais vinculados ao SUS no estado da Paraíba seguem os princípios da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Essa política foi estabelecida pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.996/2007 e foi regulamentada na Paraíba pela Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 620/2009, com o objetivo de transformar a rede de saúde pública em um ambiente de ensino-aprendizagem durante, para e através do trabalho. Com base nessa portaria, o CEFOR-RH/PB foi designado como responsável pela EPS no estado, encarregado não apenas de capacitar os profissionais de saúde, mas também de administrar as políticas estaduais de formação contínua (Paraíba, 2009). Segundo as diretrizes do Brasil (2007), a Educação Permanente em Saúde promove a aprendizagem no ambiente de trabalho, a partir dos desafios enfrentados na prática diária, em que o ato de aprender se integra à rotina das instituições, transformando as práticas profissionais e a própria estrutura organizacional.

Destarte, a Educação Permanente em Saúde é compreendida como um método de ensino-aprendizagem que deve se fundamentar na criação de saberes que atendam aos questionamentos provenientes das experiências e de vivências dos educandos e que suscitem novas indagações sobre a existência e a atuação no mundo. Além disso, é vista como uma estratégia de formação e de desenvolvimento de profissionais de saúde, dentro da política

educacional do SUS, com a participação do ensino na consolidação desse sistema de saúde (Ceccim; Ferla, 2009, p. 162-163).

Por meio da administração da educação contínua, o CEFOR/RH-PB começou também a promover as seguintes iniciativas em todo o Estado, com: monitoramento das Comissões de Integração Ensino Serviço (CIES); auxílio na elaboração dos Planos Macrorregionais de Educação Contínua em Saúde (PMEPS); estímulo à regionalização, através de atividades voltadas para a educação contínua nas Comissões Intergestores Regionais (CIR) e administração da Rede Escola SUS-PB, acompanhando os Núcleos de Educação Permanente em Saúde já estabelecidos em todos os serviços de saúde estaduais.

Nesse cenário histórico, construído ao longo dos anos, e diante da compreensão da importância de ampliar as estratégias de promoção da educação continuada, em dezembro de 2019, o CEFOR/RH-PB decidiu criar uma escola governamental, chamada ESP-PB, com o objetivo de manter os compromissos firmados e de expandir suas áreas de atuação. Em 06 de janeiro de 2021, em meio à pandemia de Covid-19 e em celebração ao centenário de Paulo Freire, foi publicada no Diário Oficial Estadual a Lei 11.380, que estabelece a ESP-PB como uma unidade vinculada à SES-PB.

Com o intuito de promover uma política de capacitação que englobe os colaboradores e especialistas do SUS na Paraíba e reconhecendo a importância de um método de ensino-aprendizagem que transforme os ambientes de atuação e de prestação do cuidado completo e humanizado em toda a rede SUS, o CEFOR/RH-PB sugeriu a criação da Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). A ESP-PB, instituição pública de referência para a qualificação dos trabalhadores do SUS no estado Paraíba, nasceu a partir do olhar do serviço de saúde, em um contexto de envolvimento crescente da gestão do SUS nos processos de formação. A escola pensa a educação pelo trabalho, o qual deve ser realizado em equipe e precisa valorizar todo o conhecimento que é produzido no cotidiano do serviço, na prática diária, que pode gerar inovações e na busca de responder às necessidades das pessoas que são cuidadas na saúde. Os trabalhadores formados pela ESP-PB estão presentes nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, no entanto, o principal foco são os serviços de saúde estaduais.

Sugerida como diretriz principal do Plano Estadual de Saúde (PES), essa abordagem inclui a disponibilização de programas de pós-graduação – Especializações, Residências Médicas e Multiprofissionais, além de programas de mestrado e de doutorado –, sem se esquecer da continuidade na formação de profissionais de nível técnico do SUS.

A fundação da ESP-PB representa um progresso no contexto educacional da Paraíba, evidenciando-se como protagonista na Política Estadual de Educação Continuada em Saúde,

com o objetivo de capacitar os profissionais do SUS para aprimorar seu desempenho e, assim, promover a cooperação entre os diferentes setores na organização dos serviços de saúde, reforçar as práticas de aprendizagem em saúde e assegurar a integração entre a educação e a prestação de serviços nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração.

A ESP-PB mantém a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio subsequente, Cursos de Formação inicial e continuada, vinculados à educação profissional e em conformidade com as indicações da Política de Saúde para o SUS do Estado da Paraíba, com as diretrizes curriculares nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Os cursos da educação profissional, na modalidade presencial e a distância, são autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE-PB), de acordo com a legislação em vigor. Para cada oferta, existe uma Proposta Pedagógica de Curso, que dispõe dos dados e das informações fundamentais para a execução do curso, como: calendário escolar anual, organização curricular, metodologia, avaliação, perfil profissional, além das competências, das habilidades e dos valores a serem desenvolvidos.

Atualmente, a ESP tem a oferta de 07 (sete) cursos técnicos devidamente autorizados: Curso Técnico em Enfermagem, Cursos Técnico em Vigilância em Saúde, Curso Técnico em Saúde Bucal, Curso Técnico em Hemoterapia, Curso Técnico em Prótese Dentária, Curso Técnico em Radiologia e Qualificação Técnica em Órtese e Prótese. A interdisciplinaridade é um dos princípios pedagógicos presentes na proposta curricular desses cursos. Definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, esse é um desafio a ser alcançado, no desenho da organização curricular dos cursos técnicos em saúde, de modo que possa favorecer a integração curricular e ao mesmo tempo considerar a singularidade de cada formação técnica, com conhecimentos específicos da área de formação, bem como em saúde pública, além de conhecimentos inerentes à educação básica, como português, matemática e informática (Paraíba, 2018).

O ESP-PB, na mesma perspectiva que as demais ETSUS do país, vem se dedicando a proporcionar aos trabalhadores o conhecimento sob sua prática de trabalho e de vinculá-las aos princípios do SUS, pautando-se no conceito ampliado de saúde (Ramos, 2010). Se considerarmos o período de 2011 a 2021, a escola realizou diversas qualificações em diferentes níveis de escolaridade (cursos técnicos, qualificações e especializações) de acordo com os dados coletados junto à secretaria acadêmica da ESP-PB, que serão mostrados a seguir.

Ao observar os cursos técnicos oferecidos a profissionais que atuam no SUS a escola qualificou 1.923 pessoas, que deixaram de ter somente o conhecimento “prático”, aprendido no cotidiano, com a repetição em suas atividades laborais, passando a ter também o conteúdo teórico, incorporando em seu processo formativo, por meio da problematização das suas

práticas, a reflexão crítica de sua realidade. No quadro 1, a seguir, apresentamos a quantidade de profissionais qualificados nos cursos técnicos da ESP-PB período entre 2006 e 2024:

Quadro 1 – Quantitativo de estudantes/trabalhadores formados de 2006 a 2024

CURSO	ESTUDANTES FORMADOS	ANO DE INÍCIO	ANO DE TÉRMINO
Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem	595	2008	2011
Técnico em Radiologia	157	2008	2010
Técnico em Radiologia	30	2010	2012
Técnico em Enfermagem	27	2010	2013
Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem	30	2010	2012
Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem	39	2013	2014
Técnico em Vigilância em Saúde	181	2012	2013
Técnico em Vigilância em Saúde	40	2012	2013
Técnico em Hemoterapia	27	2012	2014
Técnico em Saúde Bucal	39	2012	2014
Técnico em Hemoterapia	96	2012	2015
Técnico em Vigilância em Saúde	54	2013	2016
Técnico em Saúde Bucal	83	2013	2016
Técnico em Prótese Dentária	24	2016	2018
Técnico em Vigilância em Saúde	32	2019	2022
Técnico em Hemoterapia	-	2022	2024
ESTUDANTE/TRABALHADOR FORMADO	1.494		
Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde (1ª ETAPA) 400h	6.074	2006	2012
TOTAL	7.568		

Fonte: Secretaria Acadêmica - ESP/PB, 2024.

Sobre as qualificações profissionais oferecidas pela escola, obtivemos os seguintes dados:

Quadro 2 – Quantitativo de estudantes/trabalhadores formados em cursos de qualificações entre 2015 e 2024

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE TÉRMINO	Nº DE ESTUDANTES FORMADOS
Qualificação de Gestores do SUS na Paraíba, em parceria com a FIOCRUZ-PE	2015	2015	279
Qualificação de Gestores Municipais do SUS, em parceria com a FIOCRUZ-PE	2016	2016	320
Qualificação em Regionalização e Redes de Atenção à Saúde - Parceria com a FAPESQ	2017	2017	150
Qualificação em Sala de Vacina	2017	2018	2.002
Qualificação em Gestão Municipal do SUS: diálogos do cotidiano - Parceria Itinerários do Saber – Fiocruz	2018	2018	172
Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde na Paraíba - Parceria Itinerários do Saber	2019	2019	200
Qualificação em realização de Barreiras Sanitárias	2020	2020	469
Qualificação em Educação Permanente em Saúde na pandemia	2020	2020	61
Qualificação e Segurança do Paciente em Serviço de Saúde	2021	2021	88
Qualificação em Doulas	2022	2023	80
Qualificação em Saúde da Família com Ênfase Materno-Infantil	2022	2024	332
Qualificação educação na saúde para o uso terapêutico da cannabis medicinal.	2023	2023	71
Qualificação em órtese e prótese	2023	2024	22
TOTAL DE ESTUDANTES/TRABALHADORES FORMADOS			3.733

Fonte: Secretaria Acadêmica - ESP/PB, 2024.

A partir desses dados, ao longo do período entre 2006 e 2024, a escola qualificou mais de 11 mil profissionais do SUS, considerando os cursos técnicos e as qualificações profissionais, em diversas áreas e em diferentes níveis escolares. Um ponto importante que é preciso levar em consideração quando se observa os números e que merece um acompanhamento necessário diz respeito ao não pensar somente os números, mas também qualidade nas formações oferecidas pela escola.

Os dados apresentados referentes aos cursos de qualificação envolvem os processos de formação para adquirir conhecimentos e competências imprescindíveis para a superação dos

desafios a serem enfrentados no mundo do trabalho, promovendo a formação inicial e continuada e um significativo número de trabalhadores com formações nesta modalidade. Os cursos de qualificação profissional abrangem uma variedade de áreas, desde gestão do SUS até educação popular em saúde e realização de barreiras sanitárias, refletindo o compromisso em capacitar profissionais em diversas esferas relevantes para o sistema de saúde.

Como Escola de Governo, a ESP-PB oferta aos trabalhadores do SUS, cursos de educação profissional, na modalidade subsequente; cursos de curta e média duração, nas modalidades atualização, aperfeiçoamento e qualificação; cursos de pós-graduação *lato sensu*, programas de residências com efeito de pós-graduação *lato sensu*; e planeja ofertar, em parceria com outras IES, cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A organização curricular utilizada pela escola traz para o estudante e para os profissionais envolvidos um espaço ímpar de construção de saberes, bem como permite a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada com serviços que envolvem o processo educativo (ensino-serviço), atendendo ainda ao contexto regional.

A ESP/PB busca desenvolver em diretrizes pedagógicas um currículo pautado no desenvolvimento de competências e de habilidades, “Em um currículo voltado para a construção de competências, [...] o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja, o que se projeta” (Costa, 2005, p. 53).

A partir dessa visão, a escola estimula, entre os estudantes, o desenvolvimento de competências/desempenhos, como, por exemplo: tomar decisões, agregar e pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo de aprendizagem e enfatizar a perspectiva da utilização de recursos educacionais na dimensão do cenário simulado e do cenário de prática, respectivamente com recursos como a situação problema e narrativa de prática. Nesse sentido, o intuito é que os estudantes possam ir para além do acúmulo de conhecimentos, estabelecendo pontos de conexão entre formação continuada e emprego.

3.3 A política da formação técnica em saúde

No Brasil, o ensino técnico-profissional foi deixado em plano secundário durante algum tempo, devido ao fato que os trabalhos pesados eram atribuições dos índios e dos escravos, e também devido à educação que os jesuítas ofereciam. Isso criou na sociedade daquela época uma mentalidade que desprezava o ensino de ofícios que durou até a formação da República. Com o advento da República, a aprendizagem profissional passou a ser destinada

aos órfãos e aos desvalidos, não fazia parte das ações desenvolvidas nas escolas e, portanto, não era entendida como ação afeita à instrução pública, mas como ação de caridade. Mais tarde, o ensino profissional foi incluído no conjunto geral da instrução, mas entendido como necessariamente de grau elementar, continuando a ser considerado como deprimente e desmoralizante (Campello; Lima-Filho, 2009). Os primeiros passos da formação técnica no Brasil surgem através do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, fato este que marcou a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices.

Naquela época, os cursos eram oferecidos de acordo com a realidade produtiva de cada região, mudando apenas com o processo de industrialização em 1930. Apresentou-se uma nova proposta de educação, uma vez que se tornou necessário preparar trabalhadores para a indústria. Nessa época, já começavam a surgir os primeiros cursos técnicos do país e a educação profissional passava a ser oferecida com o objetivo de acesso à formação aos menos favorecidos, filhos de operários, aos desvalidos e menos afortunados, aqueles que pudessem se tornar “força de trabalho” (Brasil, 2009). O primeiro curso de formação do Enfermeiro de Saúde Pública (Sório, 2002), foi criado em 1920, voltado à promoção da higiene urbana e rural. Em 1931, após a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024/1961), a educação profissional em saúde passou a ser legalmente permitida no Brasil.

Em seus documentos elaborados para subsidiar a proposta de formação em saúde da Escola Politécnica Joaquim Venâncio afirma que:

A educação profissional como parte significativa de um projeto nacional baseado em um conceito democrático de nação e de formação dos trabalhadores da saúde pautada pelas relações sociais [...] O que significa discutir e refletir formas de profissionalização em dimensões de legalização e valorização das profissões. Trata-se ainda da defesa de que para todo trabalhador deve ser garantida a Educação Básica. Este projeto nacional deve contemplar a defesa da Escola Pública (EPSJV, 2005, p. 63).

A criação do SUS, estabelecida pela Constituição de 1988, representa um marco histórico e social para a população brasileira. Os princípios doutrinários e organizativos do SUS trazem consigo a necessidade de reorganização e efetivação do sistema de saúde do país. Para isso, fez-se necessário buscar uma forma de atenção à saúde integral e humanizada que superasse o modelo assistencial fragmentador, baseado somente no processo saúde-doença dos usuários do SUS. A educação apresenta-se no contexto da saúde para contribuir com a emancipação dos trabalhadores, suprimindo a precariedade na formação de recursos humanos para a área da saúde no Brasil apontando para a necessidade de reorientação no processo formativo

de trabalhadores e, conseqüentemente, para a mudança na produção do cuidado observada nas necessidades reais da população e nos acúmulos construídos historicamente pelos trabalhadores da saúde desde a década de 1960. Com a Lei Nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação brasileira reserva um capítulo específico para a educação profissional (Brasil, 1996, p. 15) estabelecendo critérios e aptidão da vida produtiva.

Sendo a educação um processo social, cultural e político em uma sociedade democrática, esse processo deve se organizar para atender a todos os membros com igualdade de oportunidades assegurando reajuste flexível, conforme as necessidades dos cidadãos e as exigências da qualidade do ensino e da aprendizagem, respeitando os valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional.

Nesse sentido, podemos citar Pereira e Ramos (2006, p. 54), que dizem:

Em relação à organização dos centros formadores e escolas técnicas do SUS, podemos observar que estes apresentam variações, embora todos os centros de formação possuam: direção, secretaria escolar, departamento administrativo e financeiro [...] e uma coordenação pedagógica. Têm como finalidade e missão institucional promover a profissionalização dos trabalhadores inseridos nos serviços de saúde, que não possuem qualificação profissional para exercer ações na área, procurando formá-los de acordo com os novos modelos assistenciais.

O surgimento do SUS provoca uma nova realidade, a equipe que estava à frente do núcleo de capacitação técnica da SES-PB, começou a refletir sobre a precariedade na formação de recursos humanos para a área de saúde no estado e a necessidade de reorientação no processo formativo de seus trabalhadores. Iniciando-se, portanto, o projeto de criação e de estruturação da escola. Dentro dessa proposta, surgiu o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR-RH/PB) como órgão referência para a qualificação dos trabalhadores do SUS da Paraíba. Esses trabalhadores estão presentes nas três esferas de governo, seja federal, estadual e municipal, vinculados ao SUS, nos 223 municípios da Paraíba, através de cursos técnicos, pós-técnicos, qualificações, pós-graduações, de acordo com as necessidades locais e regionais do estado, de forma a tentar suprir a necessidade de bons profissionais na área da saúde, respeitando sempre os preceitos éticos de humanização na saúde e de cidadania, ao mesmo tempo em que é uma gerência ligada à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, responsável por gerenciar toda a política de Educação Permanente no Estado (Rodrigues, 2014).

Na mesma década de criação do CEFOR-RH, também surgiu a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/1990,) que traz novos conceitos sobre a forma de pensar a saúde no Brasil. Foi ao

longo desse período que a formação dos trabalhadores técnicos de saúde passou por sérios problemas e desafios, principalmente em instituições públicas. No Brasil, o surgimento das ETSUS foi um marco importante na história da formação dos trabalhadores em saúde. Apesar de essas instituições terem origens diversas, o que as une é o fato de serem escolas do setor saúde, com a finalidade de melhorar a educação profissional nessa área e de promover a qualificação técnica de trabalhadores já inseridos no sistema de saúde, a partir de um modelo de educação profissional descentralizado e em relação estreita com os serviços de saúde. Sua forte vinculação com os serviços, por um lado, estrutura o princípio que as identifica – a integração ensino-serviço – mas, por outro, bloqueia a sua consolidação como instituição educacional, com características e dinâmicas próprias a essa natureza (Ramos, 2010). Entre 1994 a 1996, o CEFOR-RH/PB trabalhou na qualificação de enfermeiros e realizou o levantamento dos profissionais de nível elementar e médio nas categorias de atendente e de auxiliar, que eram considerados o público-alvo para formação. Os primeiros cursos oferecidos foram Auxiliar de Enfermagem, de Auxiliar de Consultório Dentário e de Auxiliar de Nutrição e Dietética (Paraíba, 2001).

Nossa narrativa revela os impactos das mudanças trazidas com a implementação do SUS, que surgiu a partir da promulgação da Constituição de 1988, sendo um marco significativo para a sociedade brasileira. Os fundamentos ideológicos e estruturais do SUS requerem uma reestruturação e eficácia do sistema de saúde do país. Para isso, foi imprescindível adotar uma abordagem de cuidado à saúde abrangente e compassiva, que transcende o modelo de assistência centrado na visão biomédica e fragmentada da relação saúde-doença dos indivíduos que utilizam o sistema de saúde no Brasil.

Ao mesmo tempo, a falta de qualidade na capacitação de profissionais de saúde no Brasil também evidenciou a urgência de reformular o processo de formação dos trabalhadores e, por conseguinte, modificar a prestação de cuidados de acordo com as demandas reais da população e com a experiência acumulada ao longo dos anos pelos profissionais da saúde desde a década de 1960. Dessa forma, em 1981 foi implementado o Projeto de Formação em Grande Escala.

Um dos progressos alcançados nesse processo foi a capacitação de profissionais como uma medida estratégica e bem planejada, através de uma grande dedicação na área da saúde pública, levando à criação, a partir de 1987, das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) ou dos Centros Formadores de Recursos Humanos (CEFOR-RH) em todo o território nacional, os quais são devidamente reconhecidos e autorizados pelo sistema educacional e ligados às Secretarias Estaduais de Saúde.

Segundo Grundy (1987), o currículo não é um conceito, é uma construção cultural, é um modo de organizar um conjunto de práticas educacionais humanas. Sendo uma construção cultural, vai depender do contexto em que se situa e das pessoas que nele intervêm. É uma interseção de práticas diversas (Sacristán, 2000). Para Mucchieli (1981) e Madeira (1999), o aprendiz adulto possui uma série de particularidades, que devem ser consideradas no processo de ensino-aprendizagem. A maturidade da fase adulta traz a independência. As experiências vividas pelos adultos favorecem aprendizados e erros, que trazem vivências marcantes para toda a vida. Os adultos são capazes de fazer críticas e análises de situações, além de paralelos com as experiências já vividas, de aceitarem ou não as informações que chegam. O adulto desenvolve habilidades mais intelectuais e quer experimentar e vivenciar.

3.4 Práticas educativas e a formação integral do estudante trabalhador: a busca de uma educação integral, humana e omnilateral

Considerando as transformações históricas da sociedade, podemos observar como as relações entre os indivíduos se reconfiguraram. A rapidez das mudanças sociais, as alterações na produção do conhecimento, a influência dos meios de comunicação e da internet, além da ascensão do neoliberalismo e da globalização, ilustram como essas mudanças impactaram a vida das pessoas e suas interações com os outros, com a natureza e com o mundo (Siqueira-Batista, 2013). Pensar sobre educação é constatar o ser humano como ser histórico e social, enfatizando sua totalidade baseada na síntese de suas múltiplas relações. Nesse processo, cabe compreender o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade (Ramos, 2014). Só a partir dessa perspectiva é que o conhecimento adquirido tem potencial para tornar-se provocador das mudanças necessárias em todos os aspectos.

Em sua designação mais genérica, chama-se de “educação” uma atividade social tão antiga quanto a própria instituição de uma sociedade minimamente organizada” (Valle, 2009, p. 143). Dessa maneira, Jaeger (1995, p. 3) considera que “todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento inclina-se naturalmente à prática da educação”. A partir dessa perspectiva, “a ‘educação’ corresponderia a uma ‘prática espontânea e irrefletida’ que, em realidade, responde pelas necessidades mais elementares de conservação e de auto-reprodução que a sociedade, tal como qualquer ser vivo, não deixa de manifestar” (Castoriadis, 1997, p. 15).

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, especialmente em sociedades que valorizam o conhecimento como

base para o progresso social e econômico. No entanto, para uma parcela significativa da população, conciliar o trabalho com os estudos é uma realidade desafiadora. O estudante trabalhador, que precisa dividir seu tempo entre as demandas acadêmicas e profissionais, enfrenta uma jornada árdua que exige um suporte educacional adaptado às suas necessidades específicas. Nesse contexto, práticas educativas voltadas para a formação integral do estudante trabalhador se tornam essenciais.

O estudante trabalhador representa uma parte considerável da população estudantil, especialmente em países em desenvolvimento, em que a necessidade de contribuir financeiramente para a família ou de garantir a própria subsistência leva muitos a ingressarem no mercado de trabalho antes de completarem sua formação acadêmica. Essa dupla jornada impõe um ritmo de vida acelerado e, muitas vezes, desgastante, que pode comprometer tanto o rendimento escolar quanto a saúde física e mental. A formação integral do estudante trabalhador, portanto, deve considerar não apenas os aspectos cognitivos do aprendizado, mas também seu bem-estar geral, incluindo dimensões emocionais, sociais e físicas. Isso requer práticas educativas que sejam inclusivas, flexíveis e sensíveis às realidades vividas por esses estudantes.

Coll, Pozo e Valls (2000) enfatizam que, para ocorrer uma aprendizagem com significado, é fundamental que o conteúdo seja potencialmente relevante, ou seja, possua uma estrutura lógica e seja pertinente para o estudante, juntamente à disposição deste em aprender. Eles ressaltam que “a aprendizagem significativa exige que o conteúdo a ser assimilado esteja conectado com o conhecimento prévio do aluno, facilitando a construção de novos significados” (Coll; Pozo; Valls, 2000, p. 113). Nesse processo, o estudante não deve abandonar as características socioculturais nem o significado social que já construiu sobre o tema, mas amplia e atualiza a informação anterior, atribuindo novos significados a seus conhecimentos. Para que isso seja alcançado, é preciso conceber metodologias coerentes com tais proposições, isto é, que superem a transmissão mecânica de conhecimentos e a formação tecnicista em direção à práxis pedagógica, com vistas à formação de um sujeito ético, reflexivo e humanizado.

É desafiadora a proposta de produzir conhecimento e transformar a escola em um espaço onde se repense a sociedade à luz da construção de uma cidadania democrática, considerando o contexto de muitas transformações históricas, sociais e políticas que influenciam a formação de estudantes/trabalhadores de saúde do SUS. Para Konder (2008), o conhecimento é subjetivo, histórico e progressivo, pois avança com a história. O conhecimento não escapa da dialética. A dialética exige reconhecer as totalidades em que a realidade está articulada. O conhecimento muda com o passar do tempo, de geração para geração e de período

cultural para período cultural. Morin (2011) aponta para a necessidade do conhecimento, compreender os problemas, as informações é uma necessidade vital e intelectual. Por conseguinte, também não existem “verdades eternas” nem verdades desvinculadas de seu contexto histórico. Assim, a história se constitui numa referência segura. O conhecimento, bem como o sujeito e a consciência, se torna dialético e histórico-cultural. A educação é um processo social, cultural e político da comunidade humana. Em uma sociedade democrática, este processo deve se organizar para atender a todos os membros com igualdade de oportunidades e assegurando às suas instituições reajuste flexível, conforme as necessidades dos cidadãos e as exigências da qualidade do ensino e da aprendizagem. Os sistemas de educação e as escolas não podem ser autoritários, precisam primar pelo diálogo e pela interação com a comunidade, considerando que a razão de ser da escola é o aprendizado do seu público.

Uma das implicações diretas da Educação e da democracia é a postura do educador (professor), isto é, na relação professor-estudante, não cabe mais uma relação autoritária, em que o professor é o único quem sabe e transmite ao aluno, mero espectador. Requer-se uma postura agregadora em que ambos, educador e educandos, aprendem em conjunto, refletindo e buscando solucionar os problemas da vida, a começar pelo cotidiano, em que o professor compreenda os limites e as condições do estudante, contribuindo para que este não se afaste de sua realidade, mas, pelo contrário, se insira e a transforme. A educação não pode ser entendida e praticada de uma forma mecanicista e tecnológica, ela deve ser compreendida como permanente ato criador, como forma de mudança social, política e cultural (Freire, 2000).

A ESP-PB se propõe a pensar a educação a partir de uma perspectiva crítica, uma educação comprometida com o exercício da cidadania, com vistas à democracia. Para Libâneo (1994), a ideia de uma educação que possa contribuir para formar consciência crítica considera que o processo educativo deve possibilitar a mudança e o desenvolvimento de uma maneira de pensar que auxilia o aprendiz a refletir sobre sua realidade, sendo a ação docente parte essencial para essa formação. Nessa ótica, o professor trabalha incentivando, problematizando, mediando este processo de “transformação de consciência ingênua para a consciência crítica”, que, segundo Paulo Freire (2011), possibilitaria ao estudante analisar profundamente sua realidade e refletir de maneira consistente, passível de transformações e de modificações em sua forma de entender e de ver o mundo.

Tendo por base a formação e a qualificação dos processos de gestão do trabalho e de educação na saúde, a Escola de Saúde Pública (ESP-PB) fomenta o fortalecimento do SUS e a promoção de maior eficiência dos processos de trabalho, convergindo para os princípios e as

diretrizes da EPS, enquanto política de valorização social das ações educativas na saúde (Buss, 1999; Souza; Costa, 2019).

Nessa perspectiva, a instituição se insere nos processos formativos colocando como fundamental a valorização do trabalho no SUS associado à implementação de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem e à reflexão das demandas e necessidades locais, como eixos pedagógicos norteadores das práticas de EPS, centralizadas em um espaço de reflexão, de diálogo e de planejamento (Souza; Costa, 2019). As atividades educativas da ESP-PB utilizam-se também da interdisciplinaridade como ponto de convergência para o aprendizado. De acordo com Japiassu (1976), a disciplinaridade é definida como um conjunto sistemático e organizado de conhecimentos com características próprias nas distintas áreas de ensino, cuja exploração conduz a novos conhecimentos que substituem os antigos. A interdisciplinaridade, é um dos aspectos relevantes para a singularidade de seu desenho curricular, que levam em consideração a aprendizagem técnica, com conhecimentos específicos a área de formação, bem como em saúde pública, além de conhecimentos inerentes à educação básica, como português e informática. Além do mais, ela contraria hábitos intelectuais pré-estabelecidos e coloca os docentes em um contexto de mudanças de práticas, incentivando-os a produzirem estratégias coletivas pela qualidade do ensino. O conceito de interdisciplinaridade é uma difícil tarefa, como citado:

[...] uma vez que esta palavra envolve uma acumulação fantástica de equívocos e possibilidades. Equívocos quanto à sua definição, que, ao ser interpretado por muitos autores – multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade – corre o risco de perder a sua característica maior que é a concepção única do conhecimento. Há ainda os que confundem e empobrecem a noção de interdisciplinaridade, estreitando o seu campo de atuação, comparando-a com como definições de integração ou inter-relação (Fazenda, 1996, p. 33).

A interdisciplinaridade diz respeito à tentativa educacional em fazer o homem conhecer as interações entre o mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos. Trata-se, portanto, de um processo de interação entre conhecimento sensível e de integração entre saberes diferentes, e, ao mesmo tempo indissociáveis na produção de sentido da vida e da produção de saberes. Compreendem, na educação profissional, um diálogo entre a teoria e a prática, em que os conhecimentos do SUS e da Educação Permanente ampliam-se do teórico para o prático e se estendem a aspectos culturais e socioeconômicos.

Os currículos dos cursos técnicos subsequentes oferecidos pela ESP-PB estão definidos por competências e por habilidades, apresentando estrutura modular e oferecendo oportunidade de certificações profissionais intermediárias. Os módulos são estruturados no regime semestral e definidos com terminalidade referente a uma qualificação profissional ou sem terminalidade, visando à preparação para o ingresso em módulos subsequentes. Os módulos sem terminalidade profissional englobam competências específicas da habilitação profissional e são obrigatórios, representando o percurso inicial do curso técnico. Os docentes responsáveis pelos módulos, em sua grande maioria, são profissionais que possuem graduação, mas não têm licenciatura, ou a formação pedagógica necessária para se inserir nos processos educativos da formação técnica em saúde e reflete sobre as potencialidades e limitações que nos deparamos na prática educativa (Moura, 2014).

Em sua diretriz pedagógica, a ESP-PB entende que “Ao propor um currículo voltado para a construção de competências, [...] o que importa não é a transmissão do conhecimento acumulado, mas sim a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja e o que se projeta” (Costa, 2005, p. 53). Dessa forma, a proposta do curso é estimular entre os docentes para que haja o desenvolvimento de competências/desempenhos, como, por exemplo: tomar decisões, agregar e pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, bem como enfatizar a perspectiva de estratégias de ensino a partir de situações-problema, com o intuito de que os trabalhadores/estudantes, para além do acúmulo de conhecimentos, possam estabelecer pontos de conexão entre formação continuada e atuação profissional no dia a dia.

A ESP-PB não possui corpo docente próprio, os docentes dos cursos técnicos são selecionados por meio de edital público direcionados a profissionais com perfis estabelecidos pelos projetos pedagógicos de cada curso e que nem sempre contempla as experiências e as formações necessárias para o desenvolvimento satisfatório das práticas educativas. Esses professores são contratados por tempo determinado, de acordo com a duração de cada formação oferecida pela escola, são profissionais com formação em nível de bacharelado, justamente pelas questões técnicas propostas nos planos de curso e que nem sempre possuem familiaridade com propostas pedagógicas específicas, desconhecem as práticas educativas da escola e se inserem no processo, muitas vezes, sem conhecer a proposta de formação prevista nos PPCs.

As atividades docentes são iniciadas com formações pedagógicas proporcionadas pela equipe técnica da ESP-PB. A partir disso, passam a participar ativamente do processo de planejamento e de organização da turma, respeitando a proposta metodológica da instituição e o projeto pedagógico do curso. A formação pedagógica oferecida pela escola, no formato de

oficina, nem sempre consegue contemplar todos os conhecimentos necessários para início das atividades. Nesse contexto de formação docente, cabe refletir sobre os objetivos da educação em saúde; sobre a formação do trabalhador; o ensino das habilidades básicas; as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais. Que conhecimento deve ser ensinado? O acadêmico? As disciplinas científicas? Os saberes profissionais? O que estará em seu centro do ensino: os saberes “objetivos” do conhecimento organizado e/ou as percepções e experiências “subjetivas” de quem aprende? Qual a finalidade da educação: ajustar os educandos à sociedade tal como ela existe e/ou prepará-los para transformá-la? (Silva, 2015, p. 22). Várias questões são pertinentes aos desafios atuais que dialogue com as expectativas e os desafios da formação técnica, do trabalho e da educação na saúde.

3.5 Formação docente para a educação profissional em saúde: porque (re)significar?

A trajetória Histórica da EPT perpassa por várias dimensões estruturais que levam a pensar a formação docente para a educação profissional e tecnológica, baseando-se em questões como: Precisamos formar professores para que sociedade? Qual a educação profissional e tecnológica que queremos? A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enquanto modalidade de ensino, exige a construção de conhecimentos e de habilidades; sua natureza, suas particularidades e a complexidade da educação profissional precisam pensar em práticas pedagógicas que se comprometam com o social e com a formação integral e humana (Ramos; Frigotto; Ciavatta, 2005; Pacheco, 2020). Nessa perspectiva, a formação docente para os profissionais que se inserem em EPT se torna decisiva para que a política dessa modalidade se efetive, primando pelo trabalho como princípio educativo (Ciavatta, 1990) e por pressupostos pedagógicos que precisam:

[...] difundir práticas educativas que permitam a mediação de conteúdos sedimentados à realidade do educando. Entende-se por práticas educativas aquelas que privilegiam a constituição do sujeito, mas não significa fazê-lo em detrimento da construção do conhecimento sobre o mundo (Castaman; Bortoli, 2020, p. 33).

Estamos diante de um cenário composto por uma série de desafios e de resistências, no que envolve os processos de organização e de operacionalização pedagógica, em que é preciso uma análise criteriosa de questões específicas voltadas à importância do conhecimento das práticas pedagógicas como um ato político repleto de intencionalidades e atrelado à visão do mundo e dos sujeitos envolvidos na educação. É preciso possibilitar novos arranjos e

perspectivas para o referido processo, no sentido de formação de consciência, de socialização de conhecimento, de aperfeiçoamento, de humanização, ao encontro dos fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação (Fuentes; Ferreira, 2017, p. 726). A aprendizagem significativa ocorre quando uma nova ideia se relaciona aos conhecimentos prévios, atribuindo sentido ao objeto de estudo proposto. Nesse processo, o estudante não deve abandonar as características socioculturais nem o significado social que já construiu sobre o tema, mas amplia e atualiza a informação anterior, atribuindo novos significados a seus conhecimentos. Em outras palavras, o professor precisa ser preparado para desenvolver seu trabalho na perspectiva de

[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social (Brasil, 2007, p. 41).

A intervenção docente, bem como fazer uma reflexão sobre o fazer docente têm importância da formação de professores, para que experiências exitosas aconteçam nos processos de ensino e de aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica, face a tantas mudanças no cenário educacional. Existe uma urgência em adequar as práticas, de forma que atendam aos desafios propostos para a formação profissional, possibilitando a construção de mudanças significativas por meio da educação.

A prática pedagógica dos professores da EPT lida com conhecimentos de diferentes naturezas e especificidades: conhecimentos factuais, conceituais, princípios e processos. A forma de ensiná-los é distinta, pois enquanto os três primeiros podem ser mediados no plano discursivo, o último requer aproximação com a realidade e, em sua maioria, é ensinado por meio de aulas práticas e demonstrações (Castaman; Vieira; Pasqualli, 2019).

Para que isso seja alcançado, é necessário pensar a educação a partir de uma perspectiva crítica, uma educação comprometida com o exercício da cidadania, com vistas à democracia, assim como conceber metodologias coerentes com tais proposições que superem a transmissão mecânica de conhecimentos e a formação tecnicista em direção à práxis pedagógica, com vistas à formação de um sujeito ético, reflexivo e humanizado. Nessa ótica, o professor trabalha incentivando, problematizando, mediando esse processo de “transformação de consciência ingênua para a consciência crítica”, que, segundo Paulo Freire (2018),

possibilitaria ao estudante analisar profundamente sua realidade e refletir de maneira consistente, passível de transformações e de modificações em sua forma de entender e de ver o mundo. A busca por uma formação humana integral exige que o professor vá além, necessitando

compreender a quem interessa os conhecimentos produzidos nesse campo científico e as aplicações decorrentes, quem deles se apropria, quais as contribuições para a vida humana, em que medida tais conhecimentos e suas aplicações são submetidos aos interesses privados do capital e como isso pode ser transformado na perspectiva de contribuir para atender aos interesses sociais e coletivo. Dessa forma, é imprescindível o compromisso ético-político (Moura, 2014, p. 36).

A condição de uma formação que ressignifique para atuar no contexto da educação profissional em saúde depende significativamente dos processos pedagógicos, os quais podem influenciar o modo de ensinar. Esses processos precisam ser entendidos de forma global, abrangendo complexidades que estão vinculadas a vida em sociedade, como o trabalho, uma vez que as práticas são calcadas nas dimensões trabalho, ciência e tecnologia e devem estar orientadas para a construção de arranjos promotores do entendimento, da dialeticidade entre as especificidades dos diferentes fenômenos físicos e sociais tratados em sala de aula com a totalidade natural e social e, ainda, colocando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como pressuposto pedagógico.

É preciso promover mudanças nos limites acerca da formação dos professores que atuam ou atuarão com EPT, para que se possa ter uma formação baseada no ser humano e nas suas relações com a natureza, por meio do trabalho. A necessidade é de uma formação que possa privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas do país, principalmente as educacionais, numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, priorizando o ser humano e exigindo do professor uma reflexão crítica sobre o que faz e como faz o docente.

Na Educação Profissional e Tecnológica, Kuenzer (2008) defende a necessidade de um novo enfoque na formação dos professores dessa área. Isso se deve ao fato da transição do paradigma taylorista/fordista para um regime baseado na flexibilização traz novos desafios, impactando o mundo do trabalho. Nesse contexto, a educação profissional deve promover uma formação científico-tecnológica, integrada à prática o que envolve o desenvolvimento de competências cognitivas complexas para capacitar o trabalhador a enfrentar situações da prática social e do trabalho.

Moura (2014, p. 82) identifica quatro grupos de docentes na educação profissional: “aqueles sem graduação que atuam na área; bacharéis ou graduados em cursos superiores de tecnologia, mas sem formação pedagógica, que estão em exercício; licenciados em disciplinas da educação básica que trabalham na educação profissional; e os que ainda estão em formação”. Para os professores que atuam na Educação Profissional sem graduação, mais comuns em instituições privadas, o autor destaca a necessidade de formação tanto em conhecimentos específicos quanto em aspectos didático-político-pedagógicos. Moura (2014) também defende que as organizações devem tomar a iniciativa na formação docente e que o poder público deve “regular a atuação dos docentes na Educação Profissional, estabelecendo padrões claros de formação e acompanhando o cumprimento das normas” (Moura, 2014, p. 83).

Para atuar na Educação Profissional e Tecnológica,

[...] é fundamental que o docente tenha uma formação específica que lhe aproxime da problemática das relações entre educação e trabalho e do vasto campo da educação profissional e, em particular, da área do curso no qual ele está lecionando ou vai lecionar no sentido de estabelecer as conexões entre essas disciplinas e a formação profissional específica, contribuindo para a diminuição da fragmentação do currículo (Moura, 2008, p. 32).

Nessa direção, podemos enfatizar que a formação do docente para EPT, conforme descreve o autor, precisa estar pautada não somente na graduação e nas suas especializações, como também nas questões didático-político-pedagógica e nas especificidades das áreas de formação profissional que compõem a esfera da EPT. Nesse ponto, o autor enfatiza que essa é uma questão que nos expõe a um problema estrutural do sistema educacional e da própria sociedade brasileira (Moura, 2014).

Com base na prática pedagógica da ESP-PB, os cursos de formação técnica adotam metodologias dialógicas e interdisciplinares, fundamentadas em conhecimentos científicos e práticos, que devem estar conectados às condições históricas e socioculturais dos trabalhadores/estudantes. Isso exige um planejamento sistemático e coletivo, envolvendo todos os participantes do processo educativo. O estudante se envolve diretamente na análise e na solução de problemas, nos estudos de caso, no desenvolvimento, na execução e na avaliação de projetos, além de experiências e de pesquisas (Moran; Bacich, 2018), estando os cursos também orientados pelos princípios de terminalidade, de integralidade, de flexibilidade e de interdisciplinaridade, promovendo uma prática reflexiva e democrática, construída a partir da realidade dos serviços, um dos mecanismos que oferecem aos estudantes a oportunidade de exercer o direito à Educação Permanente em Saúde no ambiente de trabalho, fomentando o

crescimento profissional e adotando novas práticas de saúde com vistas ao fortalecimento do SUS (Lima *et al.*, 2016b).

Nessa perspectiva, é fundamental que a prática docente se ressignifique, acompanhando os desafios atuais do ensino em saúde, com destaque para o papel do educando como protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem. Segundo Castellar (2016), o conceito de aprendizagem significativa valoriza o conhecimento que os trabalhadores e estudantes já adquiriram por meio de suas experiências práticas e teóricas, buscando conectar esses saberes prévios ao novo conteúdo a ser explorado. De acordo com Lima (2017), na educação de adultos, é essencial reconhecer e integrar os saberes dos aprendizes para criar novas maneiras de intervir na realidade do trabalho. O ambiente de trabalho se torna, assim, o cenário principal dos processos de aprendizagem, e o uso de metodologias ativas, por meio de uma pedagogia problematizadora, baseada na relação dialógica e dialética entre educador e educando, promove um aprendizado mais adequado às demandas do setor de saúde.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa possibilita um entendimento da realidade a ser investigada como um processo permanentemente inacabado, seu processamento acontece por meio de aproximações sucessivas da realidade. Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como: “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Os processos que envolveram a parte científica desse trabalho de pesquisa tiveram sua metodologia bem definida, pois se trata do caminho para permitir as comprovações, os resultados e as formas para que essa pesquisa possa ser aplicada.

Diante do exposto, esta pesquisa desenvolveu-se sob uma perspectiva de natureza aplicada, pois teve o objetivo de obter soluções para os problemas enfrentados por uma demanda da sociedade, por meio da elaboração e da aplicação de um produto educacional junto aos sujeitos envolvidos nela. A pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35). A investigação bibliográfica e a pesquisa documental foram utilizadas para identificar os problemas, envolvendo as práticas educativas da ESP/PB, os quais seriam frutos de análise desta pesquisa.

Primeiro, foi preciso identificar quais eram esses problemas; em seguida, foi preciso elaborar o instrumento de pesquisa com os dados específicos. A investigação dos documentos voltados ao as atividades de planejamento pedagógico, os planos de ensino dos cursos e a proposta pedagógica da escola permitiram uma análise das principais necessidades encontradas em meio aos sujeitos envolvidos nos processos educativos da ESP/PB.

A justificativa da escolha de uma abordagem qualitativa em detrimento da quantitativa deve-se ao fato de que a “pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 31).

Além disso, “se preocupar com aspectos da realidade que não podem ser quantificados”, dando margem para uma maior aproximação do pesquisador com o objeto de estudo (Fonseca, 2012, p. 20). Isso significa que tal pesquisa não teve a intenção, em momento algum, de tabular os problemas por esta encontrados, muito menos fazer uso de dados

estatísticos para definir recortes de igual natureza. Afinal, ela teve o intuito de identificar os problemas, buscando lhes soluções a partir do aprofundamento dos debates e da sugestão de ações práticas, pois, numa pesquisa quantitativa, os dados não nos permitem aprofundamento da compreensão dos fenômenos estudados, tampouco exigem uma maior proximidade do pesquisador com o objeto de estudo, aspectos que foram fundamentais nesta pesquisa.

Para tanto, a tabulação não se fez necessária, pois não foi de interesse desta pesquisa traçar um perfil mais detalhado acerca das características que definem os participantes dela, mas sim identificar os aspectos sociais e metodológicos encontrados no recorte de estudo que pudessem ser observados, analisados e aperfeiçoados, na busca por uma educação mais humana integral.

Portanto, a pesquisa qualitativa, ao se preocupar com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais, com enfoque na “compreensão e explicação da dinâmica social”, contemplou os objetivos propostos por esta pesquisa (Silveira; Córdova, 2009, p. 32). De forma mais clara e objetiva, o presente estudo se utilizou de uma abordagem qualitativa, com o intuito de fomentar uma melhor análise das necessidades oriundas dos participantes desta, desenvolvendo, assim, soluções para os problemas encontrados.

Com base em seus objetivos, esta pesquisa classifica-se como sendo exploratória, à medida que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35). Sobre a pesquisa exploratória, “Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p. 41).

Entende-se, ainda, que além de ser exploratória, esta pesquisa tem caráter descritivo, pois “exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35). Esse tipo de estudo pretende “descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Silveira; Córdova, 2009, p. 37). O fato de ser uma pesquisa exploratória e descritiva se justifica pelo fato de que, mesmo que esta pesquisa tenha se dedicado a explorar uma temática pouco explorada pelas produções acadêmicas direcionadas à EPT, o empreendedorismo social, a descrição e o debate de conceitos já consolidados também foram necessários, tais como a educação humana, integral e omnilateral, como também o traçado histórico da EPT no Brasil.

Quanto aos procedimentos, a referente investigação fez uso de pesquisas bibliográficas, mesmo havendo limitação quanto “à busca de informações em livros e outros meios de publicação” (Rodrigues, 2017, p. 43). Tal procedimento se tornou indispensável para a busca de embasamento teórico capaz de sustentar os argumentos propostos. Também foram utilizados procedimentos de pesquisa documental, a fim de se investigar a legislação antiga e atual que fundamentaram e ainda fundamentam as bases da EPT no Brasil, mediante o levantamento de acervos eletrônicos em portais oficiais do Governo, tais como os planos de ensino dos cursos, que contêm componentes curriculares voltados ao empreendedorismo.

Para Rodrigues (2017, p. 45), o documento “é uma fonte material de informações”, independentemente se este se constitui no papel ou não. A referente pesquisa se desenvolveu, ainda, por meio da pesquisa de campo, que se caracteriza

[...] pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa que é imprescindível para a realização desta pesquisa, pois, sem tal procedimento não haveria como se caracterizar as investigações, nem como coletar os dados necessários para desvendar o problema da pesquisa (Silveira; Córdova, 2009, p. 37).

Esta pesquisa de campo foi feita, também, pelos meios digitais. Ela se justificou pela necessidade de levantamento prévio de informações junto aos participantes desta pesquisa. Tais informações levantadas durante o campo serviram de base para a elaboração do produto educacional oriundo deste trabalho.

4.2 O cenário da pesquisa: universo e amostra

A pesquisa foi realizada na Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP/PB), localizada na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Trata-se de escola de governo estadual, com amplo histórico na formação técnica em saúde no estado da Paraíba. O universo da pesquisa – ou seja, “o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo, e a amostra, ou população amostral” (Alves, 2005, p. 60) – foi composto por 07 (sete) docentes e 01 (um) coordenador pedagógico de curso, profissionais que compõem a equipe pedagógica do curso Técnico em Hemoterapia e do Curso Técnico em Vigilância em Saúde da ESP-PB. A escolha desse universo seguiu um processo criterioso, o que foi fundamental para a análise dos resultados obtidos ao final deste estudo.

Dentre os critérios de escolha, destacamos a pertinência desses profissionais para a pesquisa, pois o produto educacional desenvolvido por intermédio do ProfEPT destina-se, também, à aplicação junto aos docentes e aos coordenadores que compõe a equipe pedagógica dos cursos técnicos subsequentes promovidos pela ESP/PB.

Outro elemento relevante para a decisão por esta amostragem foi a proximidade da pesquisadora com os participantes da pesquisa, os professores e do coordenador dos cursos. A escolha de utilizar uma amostragem não probabilística foi justificada pela praticidade e pela facilidade de acesso aos participantes, o que possibilitou a condução do estudo de forma mais eficaz e de acordo com os objetivos da pesquisa. Sendo “um tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra” (Oliveira, 2011, p. 30-31).

Dessa maneira, devido ao caráter qualitativo da pesquisa, norteamos essa amostra formada majoritariamente por professores de cursos técnicos, que vivenciam as práticas pedagógicas que foram beneficiadas com a pesquisa. Sendo assim, a amostra estabelecida para esta pesquisa é um total de 06 (seis) docentes e 01 (um) coordenador de curso.

4.3 Estratégias e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de uma pesquisa de campo, e contou com a utilização de alguns instrumentos que foram alocados em três etapas, sendo elas: 1) Levantamento bibliográfico e documental: análise dos documentos institucionais dos cursos técnico em Vigilância em Saúde e do curso técnico em Hemoterapia, análise da Proposta Pedagógica da ESP/PB e do Regimento Interno; 2) Questionário estruturado e 3) Enquete de avaliação/validação.

O levantamento bibliográfico e documental permitiu a ampliação dos conhecimentos acerca do tema tratado, através de leituras dos documentos do curso, como Projeto Pedagógico do Curso (PPC), entendo a carga horária dos professores, a organização curricular, a proposta do plano de ensino dos cursos, percebendo, assim, as competências específicas e as habilidades que o aluno deveria desenvolver nos cursos técnicos em saúde promovidos pela ESP/PB.

Em relação à aplicação do questionário estruturado (Apêndice A), foi realizado junto aos docentes e coordenador pedagógico do curso técnico de Hemoterapia e Vigilância em Saúde, com base nos critérios de homogeneidade, segundo os quais “os dados devem referir-se

ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes” (Santos, 2012, p. 385).

Essa aplicação teve como objetivo colher informações acerca dos processos educativos em saúde, buscando entender quem são os profissionais envolvidos na formação técnica em saúde, bem como os saberes prévios desses profissionais em relação aos conhecimentos básicos sobre o processo educativo da ESP/PB tendo por base a proposta de formação da escola de oferecer uma formação devidamente estruturada para que se alcance as habilidades inerentes a formação técnica em saúde, a ser promovida pelas escolas de saúde do SUS, como forma de antecipação de conhecimentos para o planejamento e execução do PE.

O questionário, foi composto por 14 questões (12 objetivas e 2 subjetivas), idealizado para traçar o perfil docente que atua nas atividades educativas da escola, considerando aspectos como: gênero, idade, formação, experiências profissionais com a docência, conhecimento acerca dos processos de ensino-aprendizagem em curso técnicos em saúde. Ele possibilitou analisar todo o processo de formação e mensurar as estratégias didáticas necessárias que auxiliaram na reflexão para a superação das dificuldades encontradas.

De acordo com Gil (2019, p. 138), o uso de questionários apresenta as seguintes vantagens:

- a. Facilita o alcance de um número amplo de pessoas, mesmo que estejam distribuídas por uma grande área geográfica, já que o questionário pode ser enviado via correio;
- b. Reduz os custos com pessoal, pois não é necessário o treinamento de pesquisadores para sua aplicação;
- c. Assegura o anonimato das respostas;
- d. Permite que os respondentes preencham o questionário no momento que lhes for mais conveniente;
- e. Evita que os participantes sejam influenciados pelas opiniões ou características pessoais do entrevistador.

Além disso, através da aplicação do questionário, buscamos entender as impressões docentes nos processos de ensino, nos quais os mesmos estavam inseridos, tendo como objetivo conhecer sua formação e a ligação desta às demandas da formação técnica em saúde, bem como esmiuçar em profundidade se a proposta pedagógica da escola possibilita o entendimento completo do processo que envolve a formação dos trabalhadores do SUS em serviço, entendendo a proposta de organização curricular, as estratégias metodológicas e o processo de formação desses profissionais de forma integral. Com isso, foi possível identificar as

possibilidades de aplicação do produto educacional proposto por esta pesquisa de forma integrada aos processos de ensino e com maior possibilidade de êxito.

A pesquisa documental expandiu consideravelmente o entendimento das maneiras de ensinar que estavam sendo aplicadas, fornecendo uma visão mais abrangente sobre os métodos de ensino em prática. Para complementar esse estudo, foram utilizados questionários que registraram percepções detalhadas dos envolvidos. Essa abordagem conjunta possibilitou alcançar um conhecimento mais sólido e abrangente sobre a eficiência das práticas educacionais e as possibilidades de aprimoramento a serem exploradas adiante.

A última etapa foi composta pela enquete de avaliação/validação (Apêndice B), que nos possibilitou avaliar o Produto Educacional em todo o processo, de forma a mensurar a sua usabilidade e se o mesmo teria a funcionalidade prática de auxiliar os docentes, a coordenação de curso e a equipe pedagógica na reflexão e na ampliação dos conhecimentos sobre as práticas educativas da ESP/PB, bem como na superação das dificuldades, das fragilidades educacionais. A enquete foi realizada pela ferramenta *Padlet*, sem haver necessidade de identificação dos participantes, e constava de 5 questões objetivas. Abrimos um campo de sugestões e críticas para que eles pudessem contribuir de forma anônima, com o material apresentado e, assim, nos trazer suas contribuições do Produto Educacional.

4.4 Estratégias de tratamento dos dados

A partir do desenvolvimento das etapas anteriores, realizou-se a análise e a interpretação dos dados coletados no questionário. Para examinar os dados advindos do questionário, utilizou-se a Análise Textual Discursiva, que vai ao encontro aos propósitos desse estudo, uma vez que possibilitou a descrição das informações coletadas de uma forma mais estruturada e direta (Moraes e Galialdi, 2016), baseadas nas etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (1979): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para Bardin (1979, p. 46), o objetivo da análise de conteúdo é “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”, em que os dados desta pesquisa serviram de apoio à análise qualitativa.

Santos (2012, p. 385) sintetiza a pré-análise como sendo a fase na qual

[...] o material é organizado, compondo o corpus da pesquisa. Escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses e elaboram-se indicadores que norteiem

a interpretação final, porém é fundamental observar algumas regras: (i) exaustividade, sugere-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; (ii) representatividade, preocupa-se com amostras que representem o universo; (iii) homogeneidade, nesse caso os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; (iv) pertinência, é necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e (v) exclusividade, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria.

Bardin (1977, p. 95) nos diz que, “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final”. Logo, alcançamos os objetivos propostos nesta pesquisa, com a delimitação da amostra da pesquisa, a análise dos planos de ensino, a definição dos objetivos a serem alcançados com o desenvolvimento do produto educacional e a elaboração e a aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Por fim, mediante a codificação dos dados coletados neste processo, enumeramos as unidades temáticas de registro como regra para a análise do recorte das respostas do questionário.

Esta pesquisa buscou, por meio da análise dos dados obtidos nas respostas dos participantes, estudar as concepções acerca das Práticas Educativas no contexto da educação em saúde: implicações na formação técnica. Contudo, analisar tão somente as temáticas não abrangeria a complexidade dos objetivos propostos por esta investigação. Devido a isso, também realizamos uma análise dos documentos consultados nesta pesquisa, como a proposta pedagógica da escola, dos cursos técnicos e o regimento interno. O documento “por vezes serve de unidade de registro, desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida” (Bardin, 1977, p. 107). Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, garantindo que todos os aspectos éticos, legais e metodológicos foram cuidadosamente avaliados e estão em conformidade.

5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): CONTEXTUALIZANDO O MANUAL PEDAGÓGICO ESP/PB

A proposta do produto educacional, parte da necessidade de buscar solução para um problema real e atual, que envolve a organização dos conhecimentos e dos procedimentos pedagógicos adotados pela escola, por meio da observação, da reflexão e da superação das dificuldades apontadas pelos docentes, identificadas através do instrumento de pesquisa aplicado, o questionário (Apêndice A). Por meio da proposta do produto educacional, as fragilidades apontadas, envolvendo o direcionamento pedagógico, organização curricular e execução dos cursos, para uma formação docente eficiente, são aproveitadas para produção de um manual pedagógico (Apêndice C), levando em conta os conhecimentos prévios já disparados para os docentes de cursos.

Organizar e aperfeiçoar os processos que envolvem o ensino-aprendizagem, se faz necessário para direcionar as práticas educativas na formação em saúde dos cursos promovidos pela ESP-PB, para que todos os envolvidos compreendam como se constitui um processo contínuo para o desenvolvimento e a execução dos cursos de formação técnica que deve ser feito de forma articulada para que se tenha êxito. Levando em consideração aspectos do universo da pesquisa na ESP-PB, considerou-se necessário desenvolver um manual norteador das práticas educativas desenvolvidas na Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), sendo esse um material desenvolvido considerando a história da instituição, os processos pedagógicos já existentes nos cursos técnicos e a necessidade docente de aproximação com os processos pedagógicos dos cursos promovidos pela escola um caminho para um diálogo contínuo.

O manual pedagógico (Apêndice C) parte da compreensão do contexto histórico social da Educação Profissional e Tecnológica; suas implicações, nos cursos técnicos na área da saúde, partem da organização educacional da ESP-PB e suas finalidades se direcionam para a formação técnica. Como os conteúdos são voltados para as Práticas Pedagógicas da ESP-PB, apresenta-se os caminhos que vão auxiliar a equipe docente a se aproximar pedagogicamente dos cursos técnicos e a superar os desafios para materializarem essas práticas. O manual foi planejado e desenvolvido a partir dos documentos institucionais que norteiam o processo educativo.

Figura 1 – Apresentação do manual

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O produto está dividido em temas no que compreende discutir a importância das práticas pedagógicas e de associá-las ao contexto da inovação, como forma de atuação eficaz para EPT, propondo uma integração teoria-prática, uma vez que essa é uma modalidade de ensino com proposta político-pedagógica de formação integrada. Além do mais, sugerindo um caminho para que se chegue à constatação de que as práticas pedagógicas em EPT vincula elementos como criatividade e inovação, que vislumbram a formação integrada do ser humano, propondo aos educadores adotar estratégias de ensino que corroborem para novos olhares à realidade social dos educandos. Desse modo, é possível agregar e propor conhecimentos e ser um ponto de partida para novos diálogos, a fim de provocar pequenas mudanças que possam promover e melhorar as práticas pedagógicas e demais articulações na proposta de formação técnica em saúde da ESP-PB.

Discutir sobre práticas educativas em EPT reflete significativamente nos processos e no modo de ensinar e de aprender. Partindo das peculiaridades e de complexidades da Educação Profissional e Tecnológica, o produto educacional desenvolvido em formato de material textual reúne conteúdos de forma sistematizada, adequando a proposta de ser uma ferramenta facilitadora para docentes e demais profissionais envolvidos na formação técnica, imprimindo uma dinâmica ágil e de fácil conhecimento a respeito da organização educacional ESP-PB. Constituindo-se como um manual, um documento de fácil acesso que pode ser compartilhado e também ser um caminho para produzir novos conhecimentos, ele ficará disponível à comunidade escolar, estimulando a normatização e a organização das atividades que envolvem

os cursos da educação profissional da escola, uma vez que seus conteúdos se baseiam nos processos de ensino-aprendizagem da formação técnica em saúde, considerando a proposta pedagógica dos cursos promovidos pela ESP/PB.

A estrutura do produto educacional visa contribuir com a formação docente, levando em consideração que direciona a superação das fragilidades pedagógicas que fazem parte do cotidiano da escola, considerando aqui o direcionamento pedagógico, o conhecimento acadêmico e a organização curricular como um desafio a ser superado para que as práticas educativas de formação em saúde se tornem indispensáveis e para que a execução dos cursos possam partir de uma abordagem contextualizada, crítica, analítica e transformadora, que contribua para uma educação emancipatória dos trabalhadores.

Dessa forma, a aplicação desse produto educacional provocou um movimento de mudança na organização das práticas educativas na ESP-PB, em que, na validação, proporcionou um momento de reflexão do processo de trabalho.

Figura 2 – Validação do manual



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para a validação desse produto educacional, foi realizado um momento coletivo em formato de oficinas, utilizando a versão preliminar do Manual Pedagógico (Apêndice C). Por meio da problematização, foram colocadas questões específicas para a reflexão sobre o conteúdo do produto, acerca dos objetivos, das finalidades e da importância do Produto Educacional apresentado. O Manual foi disponibilizado para que os envolvidos pudessem fazer uma leitura mais detalhada e individualizada.

Seguido do momento de validação para obter uma avaliação do manual, escolhemos o *Padlet*, para que os participantes conseguissem expressar suas opiniões, por se tratar de uma ferramenta gratuita, de fácil acesso por meio de *smartphones*, em que foi disponibilizada a enquete de avaliação (Apêndice B), havendo espaços abertos para comentários, sugestões e críticas. O uso dessa ferramenta permitiu o anonimato dos participantes.

Figura 3 – Avaliação do manual

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O manual foi avaliado considerando: conteúdo, finalidade e funcionalidade. Os registros de avaliação foram feitos por meio do voto individual e foi aberto espaço, não obrigatório, para sugestões.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os participantes da pesquisa são docentes que atuam na equipe pedagógica dos cursos técnicos de Vigilância em Saúde e Hemoterapia – aqui identificados como D01, D02, D03, D04, D05, D06 e D07 (Quadro 3). Os dados fornecidos mostram que os envolvidos apresentam idades entre 30 e 44 anos, sendo que a maioria possui mais de cinco anos de prática como educadores. Essa caracterização demográfica indica que os entrevistados têm uma vasta vivência na área da educação profissional, sobretudo em cursos técnicos na área da saúde, o que influencia positivamente na qualidade e importância das suas opiniões acerca das práticas pedagógicas.

Segundo Nóvoa (1995), a vivência em sala de aula é essencial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes e personalizadas, de acordo com as necessidades dos estudantes. O acúmulo de conhecimento dos professores experientes possibilita a combinação de métodos educacionais comprovados com a adaptação às novas exigências da educação (Nóvoa, 1995). Adicionalmente, a longa experiência ajuda a compreender melhor os obstáculos e as peculiaridades dos cursos na área da saúde (Pereira, 2013).

Quadro 3 – Participantes da pesquisa

Docente	Graduação	Pós-graduação	Trajetória docente
D01	Bacharelado	Mestrado	Não possuía experiência docente na educação básica antes de ingressar na atual instituição.
D02	Bacharelado	Mestrado	Trajetória como docente na atuação em instituição de educação básica e instituição particular de ensino técnicos.
D03	Bacharelado	Mestrado	Profissional da saúde, com vivência prática. Não possuía experiência docente na educação básica antes de ingressar na atual instituição.
D04	Bacharelado	Mestrado	Profissional da saúde, com vivência prática. Não possuía experiência docente na educação básica antes de ingressar na atual instituição.
D05	Bacharelado	Mestrado	Trajetória como docente na atuação em instituição educação superior em cursos de pós-graduação.
D06	Bacharelado	Especialista	Trajetória como docente na atuação em instituição de educação básica e ensino superior.
D07	Licenciatura	Mestrado	Trajetória como docente na atuação em instituição de educação básica e instituição

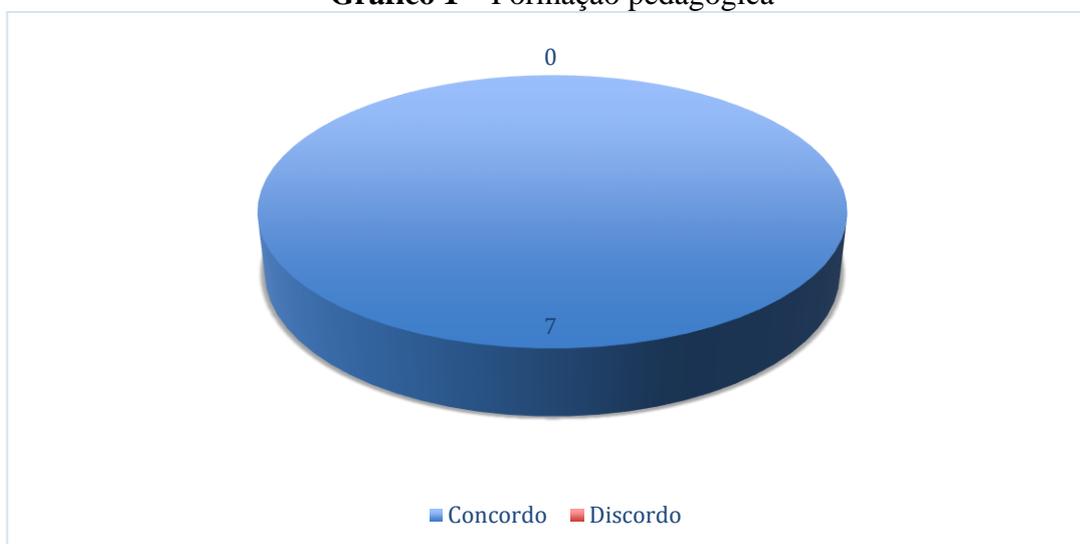
Docente	Graduação	Pós-graduação	Trajetória docente
			particular de ensino técnicos. Rememora seu percurso na atual instituição já tendo atuado nos cursos do ensino particular

Fonte: Autoria própria, 2024.

No questionário estruturado (Apêndice A) aplicado às perguntas sobre a sua trajetória como professores, a atuação nos diversos níveis e modalidades da educação, experiências e formação, buscou compreender qual a área de formação, tempo de experiência dos professores, bem como o conhecimento e vivências sobre as práticas educativas no ensino técnico no âmbito da educação em saúde.

Nas questões 3, 4 e 5, as perguntas estavam relacionadas mais diretamente à área da graduação dos professores, às suas áreas de formação. Na questão 3 e 5, subjetiva: “Qual a sua formação na Graduação?”, “Possui pós-graduação?” “Qual é o nível (Especialização, Mestrado, Doutorado)?”. As respostas demonstram que a maioria dos profissionais são bacharéis com mestrado na área da saúde.

Gráfico 1 – Formação pedagógica



Fonte: Autoria própria, 2024.

O gráfico anterior reflete aspectos importantes das estratégias de ensino, a ligação entre a formação inicial dos professores e seu desempenho profissional e a importância de uma formação específica para cursos técnicos na área da saúde.

A investigação demonstra que a maioria dos professores tem formação acadêmica que está diretamente ligada ao campo da saúde (Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia), com a única exceção de um participante docente com formação em Pedagogia e mestrado na área da

saúde. Esse fato demonstra uma clara correlação entre a formação inicial dos professores e os cursos que eles ministram, no entanto, evidenciam que a formação pedagógica não está presente nesse contexto. Além disso, quase todos os docentes que responderam ao questionário reconhecem que sua prática como professor está alinhada à sua formação inicial, ressaltando a importância de agregar processos de formação pedagógica, as experiências profissionais na área de saúde para lecionar em cursos técnicos nesse campo. A exceção é o professor de Pedagogia, que aponta a necessidade de uma maior diversidade de formação na equipe docente.

Na questão 10, objetiva, foi perguntado: “Há, na sua avaliação, necessidade de uma formação diferenciada para cursos de formação técnica na área da saúde?”. Com isso, foi possível ter uma confirmação da necessidade da preparação pedagógica para o ensino técnico.

De acordo com Gatti (2017), a integração da formação acadêmica com a área de ensino é crucial para a eficácia pedagógica, uma vez que possibilita aos professores não somente repassar conhecimentos técnicos, mas também conectá-los à realidade prática profissional (Gatti, 2017). A diversidade de perspectivas pedagógicas trazida pelo professor formado em Pedagogia ressalta a importância de enriquecer o ambiente acadêmico, favorecendo uma abordagem mais ampla e unificada no processo de ensino (Nóvoa, 2002). Cada professor que respondeu ao questionário tem formação em pós-graduação, seja especialização ou mestrado, com áreas de estudo que agregam valor aos seus conhecimentos em saúde ou em educação. A alta qualificação acadêmica demonstra que os professores estão preparados para proporcionar um ensino mais completo e atualizado, o que pode resultar em uma melhoria na qualidade da educação oferecida.

Conforme defendido por Perrenoud (2000), a capacitação constante é essencial para aprimorar o corpo docente e elevar o padrão de ensino, principalmente em áreas em constante evolução, como a área da saúde. Os cursos de pós-graduação possibilitam que os professores se mantenham informados sobre as mais recentes pesquisas e tendências, colaborando para uma educação mais pertinente e fundamentada em evidências.

Existe um consenso entre os participantes sobre a relevância e a eficácia das abordagens ativas, como a problematização, na formação técnica em saúde. Isso mostra uma valorização de estratégias educacionais que promovem o pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento. A resistência ao uso dessas abordagens parece ser baixa entre os professores, indicando uma disposição significativa para implementar inovações no processo de ensino e de aprendizagem e, assim, aprimorar os resultados educacionais.

Conforme afirmado por Lave e Wenger (1991), metodologias ativas favorecem uma aprendizagem mais eficaz ao envolver os estudantes em situações práticas e desafiadoras,

facilitando a aplicação do conhecimento em situações reais (Lave; Wenger, 1991). Essas estratégias de ensino têm se mostrado eficazes na formação de profissionais preparados para lidar com as demandas complexas e mutáveis da área da saúde, conforme apontam estudos recentes em educação aplicada (Moran, 2015).

As informações obtidas indicam uma compreensão ampla sobre a importância de uma formação especializada para cursos técnicos na área da saúde. Isso ressalta a necessidade de abordagens educacionais que levem em consideração não apenas o conhecimento técnico-científico, mas também o aprimoramento de competências práticas e interpessoais no setor de saúde. A demanda por uma formação personalizada evidencia a importância de ajustar os programas de estudo e métodos educacionais para atender de forma mais eficaz às necessidades específicas do ramo da saúde.

Conforme mencionado por Saviani (2010), a formação técnica na área educacional deve ser planejada levando em consideração as demandas do mercado de trabalho e as particularidades da prática profissional. Isso assegura que os estudantes desenvolvam competências teóricas e práticas significativas. Além disso, a atualização do currículo é fundamental para incorporar novas tecnologias e tendências emergentes no setor da saúde, de acordo com Carvalho e Silva (2018).

Os participantes estão de acordo que a inclusão de incentivos, como cursos extras de formação pedagógica, reuniões em grupo para planejamento e eventos para integração entre as equipes, os quais são essenciais para fortalecer os procedimentos de qualificação técnica na área da saúde. Este consenso enfatiza a relevância de estratégias unificadas que abrangem não apenas o desenvolvimento do conteúdo acadêmico, mas também a capacitação constante dos professores e da administração educacional. A cooperação e o aprendizado contínuo são vistos como fundamentais para aprimorar de maneira constante os processos de ensino.

De acordo com Freitas (2021), a parceria entre professores e o aprimoramento profissional são essenciais para o sucesso da educação, favorecendo um ambiente de ensino mais unido e ativo. Táticas combinadas também são indispensáveis para a renovação na educação e para o desenvolvimento de um ambiente escolar que atenda às demandas dos alunos e à realidade da profissão.

As respostas fornecidas no questionário revelam um perfil de professores altamente capacitados, com formação específica na área de saúde e uma valorização significativa de metodologias de ensino dinâmicas e práticas pedagógicas criativas. Existe uma clara compreensão da importância de conectar a teoria com a prática, enfatizando a necessidade de uma abordagem educacional que una conhecimentos técnicos, habilidades práticas e

crescimento interpessoal. Essa visão atual da educação na área de saúde busca formar profissionais preparados para lidar com os desafios do campo, demonstrando um compromisso com a qualidade e a importância do ensino técnico na área da saúde.

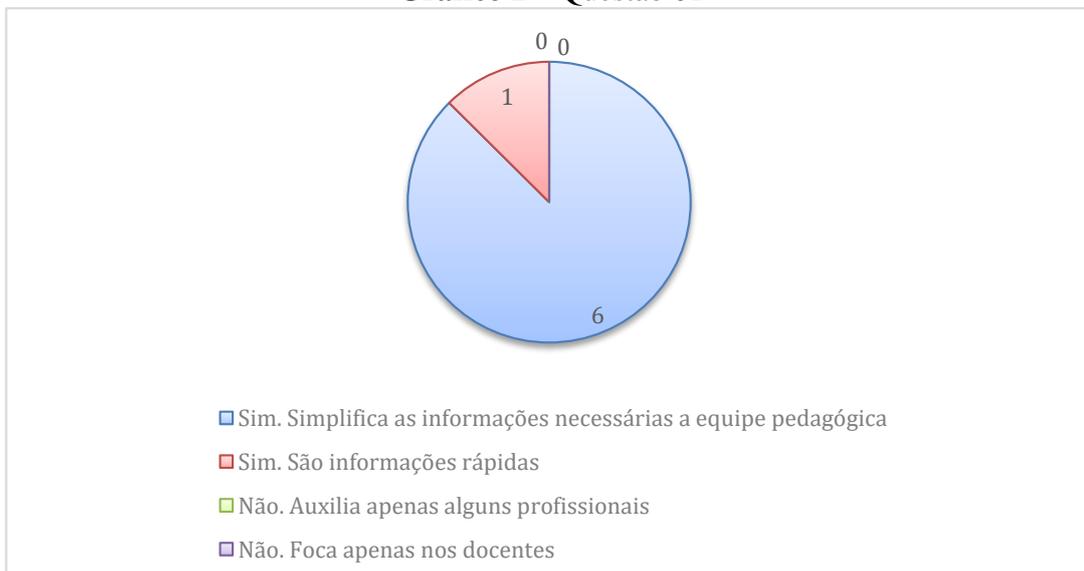
Segundo Schön (1995), a prática reflexiva é fundamental para o desenvolvimento de profissionais qualificados, pois possibilita a avaliação crítica e a adequação das estratégias de ensino às exigências dos alunos e às demandas do mercado de trabalho. Essa abordagem favorece um ensino que capacita os estudantes de forma mais eficaz para os desafios concretos do ambiente profissional, principalmente em segmentos dinâmicos como a área da saúde.

Diante de todas as informações analisadas, e das discussões promovidas, ficou claro que Manual pedagógico (Apêndice C) se insere na rotina pedagógica da escola para guiar e direcionar os profissionais docentes já atuantes e os futuros a serem contratados para que os professores possam entender o ambiente institucional e pedagógico e fazer uso dos recursos disponíveis na ESP-PB, como ficou evidenciado nas respostas da enquete, apresentadas no gráfico 2, com a opinião dos docentes sobre a pergunta: “Você considera que o produto educacional ‘Manual pedagógico’ pode ajudar a (re)significar as práticas educativas na ESP/PB?”

As respostas indicam diferentes percepções sobre o impacto do produto educacional:

- Sim. Simplifica as informações necessárias à equipe pedagógica.
- Sim. São informações rápidas.
- Não. Auxilia apenas alguns profissionais.
- Não. Foca apenas nos docentes.

Gráfico 2 – Questão 01



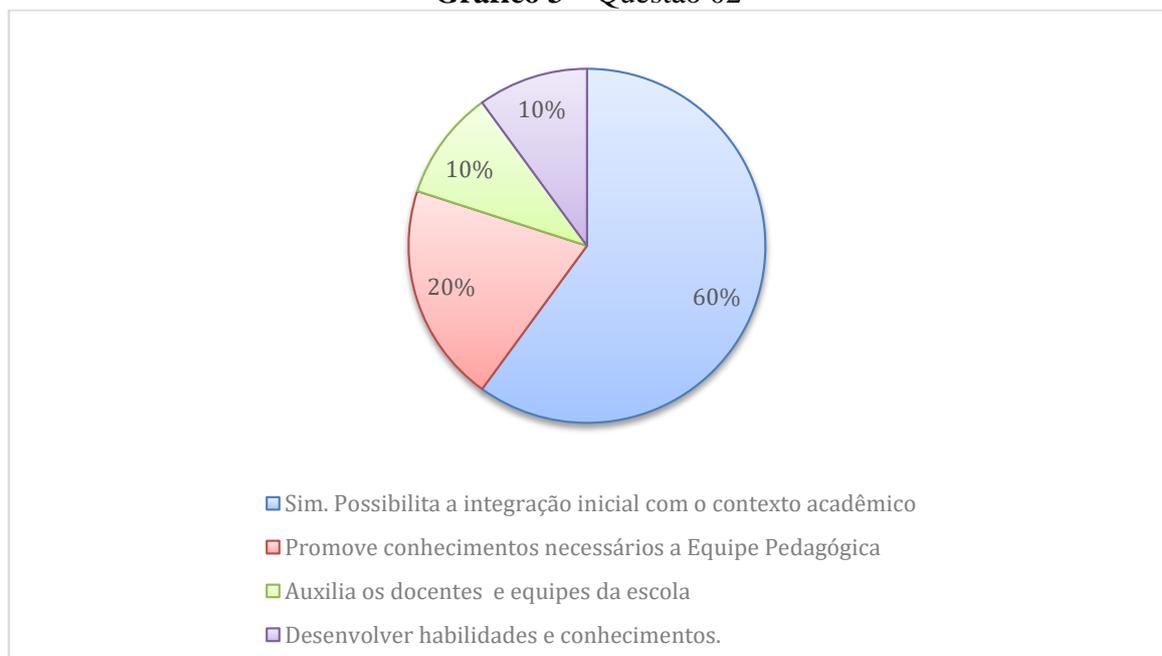
Fonte: Autoria própria, 2024.

As alternativas mais votadas a essa primeira questão reforça o conceito de “(re)significar”, demonstrando que o sentido empregado no Manual Pedagógico (Apêndice C) – de ser uma proposta para transformar as práticas pedagógicas existentes – foram alcançados. 90% dos participantes envolvidos concordaram que o Manual traz as informações necessárias para apoio da equipe pedagógica e apenas 10% dos votos enterram o Manual pedagógico (Apêndice C), como um mecanismo para encontrar as informações de forma rápida. No caso da ESP/PB, que trabalha com a formação de profissionais da saúde, a introdução de um manual que dialogue com as necessidades do contexto atual (como a educação em saúde, a humanização no atendimento, as novas demandas de saúde pública) pode ser essencial para ajustar as suas práticas.

No gráfico 03 discutimos os resultados da questão 2 – “A finalidade do produto educacional foi alcançada?”

- As respostas indicam as percepções sobre a finalidade do produto educacional:
- Sim. Possibilita a integração inicial com o contexto acadêmico.
- Promove conhecimentos necessários a Equipe Pedagógica.
- Auxilia os docentes e equipes da escola.
- Desenvolver habilidades e conhecimentos.

Gráfico 3 – Questão 02



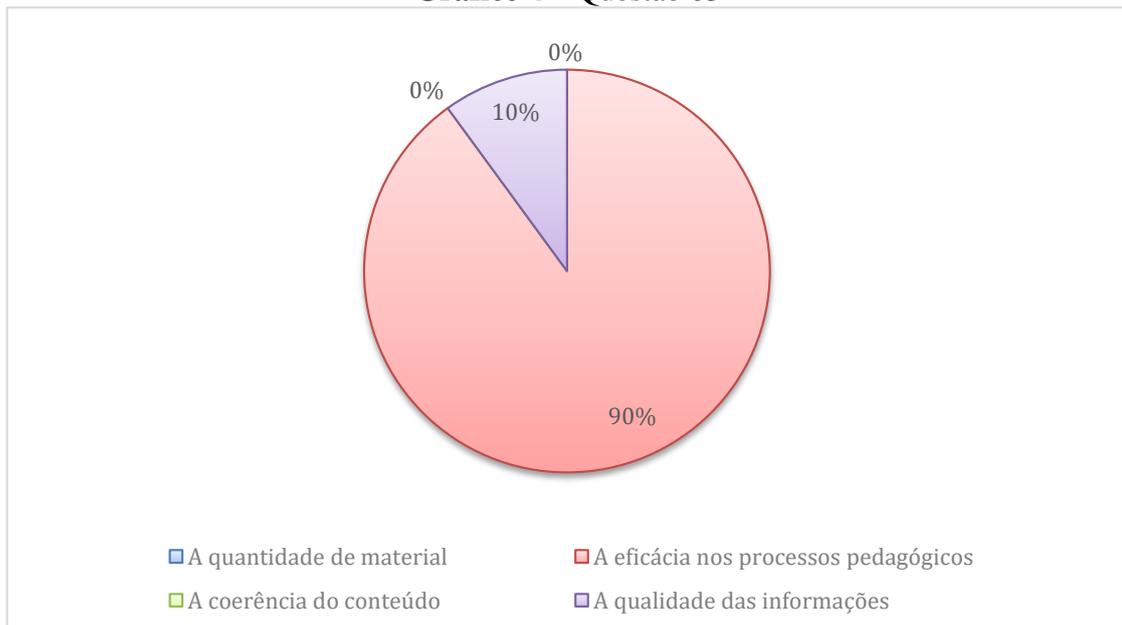
Fonte: Autoria própria, 2024.

Aqui, foi possível verificar que 60% dos participantes compreenderam que o manual atendeu a todas as suas finalidades. 20% acredita que reflete apenas em conhecimentos pedagógicos e os outros 20% refletiram a finalidade do manual como auxílio as equipes. Desse modo, entendemos que a eficácia pedagógica não se dá apenas pela existência de um produto educacional, como o “Manual pedagógico”, mas pela sua implementação concreta e pela maneira como ele é recebido e aplicado no cotidiano escolar levando em conta as necessidades do contexto educacional, o público-alvo e os desafios específicos enfrentados pela ESP/PB.

A questão 3 da enquete de validação também discutiu “O que foi importante considerar ao avaliar um produto educacional?”, conforme respostas apresentadas no gráfico 4.

- A quantidade de material.
- A eficácia nos processos pedagógicos.
- A coerência do conteúdo.
- A qualidade das informações.

Gráfico 4 – Questão 03



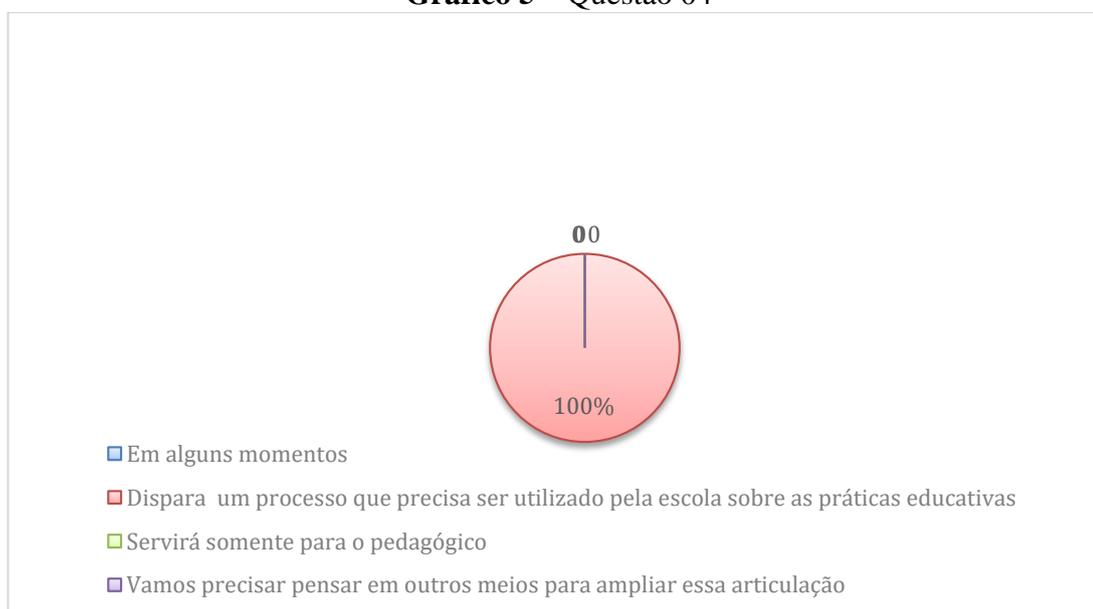
Fonte: Autoria própria, 2024.

Concordaram que o Manual pedagógico representa um caminho para a eficácia dos processos pedagógicos 90% dos votos, sendo que 10% dos votos foram direcionados à qualidade do material. A proposta de utilização do Manual pedagógico como produto educacional deve atender às necessidades do público-alvo, ser relevante no contexto em que será aplicado e promover transformações práticas.

No gráfico 5, a seguir, apresentamos as respostas referente à questão 04 – “O Manual pedagógico pode ser considerado como um meio para os processos de articulação pedagógica entre docentes e equipe técnica da ESP/PB?”

- Em alguns momentos.
- Dispara um processo que precisa ser utilizado pela escola sobre as práticas educativas.
- Servirá somente para o pedagógico
- Vamos precisar pensar em outros meios para ampliar essa articulação

Gráfico 5 – Questão 04



Fonte: Autoria própria, 2024.

Conforme Gráfico 5, 100% dos votos consideraram o Manual pedagógico como uma ferramenta poderosa para criar uma base comum de entendimento entre os docentes e a equipe técnica. Ele pode fornecer diretrizes claras, princípios metodológicos e objetivos educacionais que orientem todos os envolvidos no processo de ensino. Esse alinhamento é essencial para que as práticas pedagógicas sejam coerentes e eficazes.

Quando docentes e a equipe técnica compartilham a mesma visão educacional, as práticas se tornam mais integradas, e o trabalho conjunto passa a fluir com mais clareza e menos conflitos. O manual, nesse sentido, pode ser um ponto de convergência, ajudando a esclarecer papéis e expectativas.

Os resultados apontam que o conhecimento do manual permitiu o amadurecimento da equipe sobre a proposta formativa, refletindo na sua avaliação com a participação efetiva dos 7

docentes envolvidos nos cursos técnicos. Tivemos ainda um espaço aberto para sugestões e para apontamentos que nos trouxeram alguns *insights* que poderão servir de base para o melhoramento deste Produto Educacional que serve de ponto de partida para análises futuras. Algumas dessas sugestões estão elencadas a seguir:

- “*Inserir informações sobre a estrutura e execução dos cursos*” (Pessoa 01).
- “*Haver possibilidade de personalização por curso para se adequar a algumas características específicas de cada curso*” (Pessoa 2).
- “*Revalidação do plano a cada dois anos com membros dos cursos para novas sugestões de melhorias*” (Pessoa 3).

A avaliação do produto educacional foi um momento essencial para garantir a sua eficácia e relevância, além de promover um momento para as melhorias contínuas. Receber sugestões, como a inclusão de informações detalhadas sobre a estrutura e a execução dos cursos, a possibilidade de personalização para atender a características específicas de cada curso e a revalidação periódica do plano, com a participação dos membros dos cursos, como proposto para cada dois anos, tempo este que representa a duração de um curso de formação técnica da ESP/PB, são exemplos valiosos de como o *feedback* pode contribuir para o aperfeiçoamento e a adaptação constante do produto para às necessidades pedagógicas e contextuais.

Essas ações asseguram que o produto educacional permaneça atualizado e alinhado às demandas dos profissionais envolvidos no contexto educativo com a escola. O manual pedagógico ficará disponibilizado na plataforma *moodle* da ESP/PB, sendo indicado como uma leitura obrigatória a quem chega para compor as equipes pedagógicas da escola, por ser um documento que apresenta, de forma resumida e objetiva, as principais informações sobre o funcionamento da instituição, estando em consonância com os documentos institucionais, com uma linguagem clara e acessível, facilitando o entendimento e com informações mais diretas.

As sugestões refletem um interesse genuíno em tornar o manual pedagógico um documento mais adaptável, flexível e que responda diretamente às necessidades do contexto educacional da ESP/PB. Elas indicam uma abertura para melhorias contínuas e para a construção colaborativa do conhecimento pedagógico. O fato de se ter um espaço para sugestões já demonstra uma abordagem democrática no processo de elaboração e de aprimoramento do material, o que é crucial para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e eficaz.

Assim, apresenta-se o percurso metodológico da referida pesquisa. A Escola de Saúde Pública (ESP) é reconhecida pela formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde

(SUS), com enfoque na integração de conhecimentos técnicos e humanísticos. Compreender o papel da escola, bem como sua missão, é importante para os educadores. Os professores têm um papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem, englobando o planejamento e a execução de aulas, bem como o acompanhamento dos alunos, a participação em reuniões pedagógicas e o desenvolvimento de projetos. Conhecer os documentos institucionais como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regimento Interno são essenciais para que os professores tenham acesso às diretrizes pedagógicas, às metas de longo prazo e às normas de funcionamento da ESP-PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao direcionar o presente estudo para o campo das práticas educativas em formação em saúde, foram evidenciadas as relações entre trabalho e educação que se expandiram no contexto da educação profissional e tecnológica, ao longo de sua construção histórica e discutidas as especificidades da formação em saúde, para trabalhadores de nível médio, do SUS. O surgimento das escolas técnicas de saúde e os avanços históricos ressaltam as conexões formadas durante a pesquisa e a complexidade que permeia a educação profissional técnica em saúde.

Este estudo analisou os aspectos pedagógicos relevantes da ESP/PB com o objetivo de compreender os processos educativos tomando por base os documentos e a experiência profissional da equipe pedagógica dos cursos técnicos da ESP/PB. Discutimos a importância de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, uma educação cidadã, emancipadora e direcionada ao SUS. Também identificamos os desafios próprios de uma instituição formadora que atua em um contexto diferente das escolas regulares, diante da diversidade política e pedagógica.

Quando esta pesquisa faz uma contextualização histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), além de abordar o desenvolvimento desse campo no cenário educacional, com foco na educação em saúde, também discute o contexto da formação voltada para o Sistema Único de Saúde (SUS) e as particularidades pedagógicas dessa formação. O estudo analisou o surgimento das Escolas Técnicas de Saúde (ETS), destacando que, inicialmente, a formação profissional na área da saúde era marcada por um caráter assistencialista e, com o tempo, essa formação passou a atender as demandas do setor produtivo, na perspectiva de formar para mudar, para ampliar e para ressignificar os serviços de saúde.

Os marcos históricos dessa trajetória evidenciam uma ruptura entre dois tipos de formação: a básica e a técnica, o trabalho manual e o intelectual. Essa divisão reforça a dualidade que sempre permeou a educação no Brasil. Dentro desse contexto, o estudo destaca que o professor na formação técnica em saúde assume um papel fundamental. Ele enfrenta o desafio de integrar conhecimento prático e teórico, buscando superar essas fragmentações históricas e pedagógicas, especialmente ao formar profissionais técnicos da saúde comprometidos com uma atuação mais inclusiva e cidadã no SUS.

O estudo permitiu a formulação de estratégias e de ações voltadas para enfrentar os problemas pedagógicos identificados e promover melhorias significativas nas práticas educativas. Se o objetivo da formação de trabalhadores está centrado na busca por uma educação emancipatória, que vá além da simples adaptação às demandas do mercado, esses

desafios também se refletem na formação dos professores. Historicamente, a preparação docente para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido abordada de maneira secundária, fragmentada e muitas vezes emergencial, evidenciando a fragilidade das propostas educacionais nesse contexto.

Sendo assim, enxergamos ao final desta investigação que o Produto Educacional apresentado nesta pesquisa alcançou os objetivos propostos e, diante dos resultados apresentados, podemos inferir ganhos valiosos para toda equipe pedagógica e para os alunos, principalmente. Além do mais, esse Produto Educacional futuramente tem possibilidades de melhorias, visto ser ele uma construção coletiva.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, A. S. DE; FREITAS, C. M.; TAJRA, F. S.; FARIAS, F. R. de M.; MONTE, G. M. V.; SARAIVA, M. J. G.; SOUSA, M. do S. T. de. Formação técnica e profissional em saúde: processo histórico e novos desafios para a escola de formação em saúde da família Visconde de Sabóia. *SANARE*, Sobral, v.7, n.2, p.54-61, jul./dez. 2008. **RETSUS (2014)**. Apresentação. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/apresentacao>. Acesso em: 15 ago. 2022
- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.
- BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. *In*: FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**.v.1. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, p. 163, 1961.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília:1961.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.
- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. de. **Metodologias Ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v.39, n.2, p.48-67, mai/ago. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, L. S. **Tecnologias educacionais e inovação no ensino técnico em saúde**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. **O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, Mossoró, v.6, n.17, p. 307, 2020.
- CASTELLAR, S. M. V. **Metodologias ativas**: introdução. São Paulo-SP: FTD, 2016. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Metodologias-Ativas-1-FTD-INTRODUCAO.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.
- COLL, C., P., J. I., & VALLS, E. (2000). **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas.
- COSTA, T. A. **A noção de competência enquanto princípio de organização curricular**. Revista Brasileira de Educação, n. 29, maio-ago, p. 52-62, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/275/27502905.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.
- EPSJV. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2005.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FEIRE, P. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, C. **Estratégias de ensino e formação docente: um estudo sobre práticas pedagógicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R S; PEREIRA, I B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. págs. 307-315. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, p. 163, 1961.

GATTI, B. **O impacto da formação acadêmica na prática pedagógica: um estudo sobre professores de saúde**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

KNOWLES, M. S.; HOLTON, E. F.; SWANSON. R. A. **Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. – (Coleção Primeiros Passos: 23).

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, V. V. **Competência: diferentes abordagens e implicações na formação de profissionais de saúde**. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.17, p.369-379, mar/ago, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SyGLRpTYVbwm7sTgTfK6V8n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de junho de 2024.

LIMA, V. V.; GOMES, R.; PADILHA, R. Q.; OLIVEIRA, M. S.; TEMPSKI, P. Z. **Aprendizagem baseada em equipes: diretrizes, etapas e recomendações**. Nota Técnica no. 4. São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314039758_Nota_Tecnica_4_Aprendizagem_Baseada_em_Equipes_diretrizes_etapas_e_recomendacoes. Acesso em: 19 set. 2024.

MARX, K. (2013). **O Capital**: crítica da economia política. Volume I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. Disponível em <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Editora Papirus, 2015.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1995.

NÓVOA, A. **Formação de professores e práticas educativas**. Porto: Editora Porto Editora, 2002.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba. **Projeto pedagógico**. João Pessoa, 2018. 109p.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. Escola de Saúde Pública da Paraíba. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. João Pessoa, 2021. 119p.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. Escola de Saúde Pública da Paraíba. **Projeto pedagógico**. João Pessoa, 2021. 48p.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. Escola de Saúde Pública da Paraíba. **Regimento interno**. João Pessoa, 2021. 60p.

PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. **Educação Profissional em saúde**. Coleção Temas de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PERRENOUD, P. **Construir competências a partir da escola**: uma abordagem crítica. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. 290p.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-EPSJV, 1989.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: histórico e perspectiva**. Campinas: Editora Autores Associados, 2010.

SCHÖN, D. A. **A formação do profissional reflexivo**: como profissionais pensam em ação. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SÓRIO, R.; LAMARCA, I. Novos desafios das Escolas Técnicas de Saúde do SUS. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 147-164, 1998.

SÓRIO, R. E. R. **Educação profissional em saúde no Brasil**: a proposta das Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde. Formação, Brasília, n. 5, p. 45-58, maio 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987, 132p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário direcionado aos (às) docentes

Práticas Educativas no contexto da educação em saúde: Implicações na formação técnica

Nº do questionário _____

1. Qual a sua idade: _____
2. Há quanto tempo você atua como professor na educação profissional em cursos técnicos de saúde?
 1 ano
 até 5 anos
 mais 5 anos
3. Qual a sua formação na Graduação? _____
4. Há quanto tempo está formado?
 1 ano
 até 5 anos
 mais 5 anos
5. Possui Pós-Graduação? Qual é o nível (Especialização, Mestrado, Doutorado)
 Sim Tipo: _____
 Não
6. Caso tenha cursado Pós-Graduação, qual a área?
7. Há quanto tempo cursou a Pós-Graduação, caso o tenha feito?
 01 ano
 até 05 anos
 mais de 05 anos
8. Qual o/os curso/s técnicos na área da saúde você leciona ou já lecionou pela ESP-PB?
9. A sua atuação docente (curso em que leciona) está relacionada com a sua área de formação inicial?
 Sim
 Não
10. Há, na sua avaliação, necessidade de uma formação diferenciada para cursos de formação técnica na área da saúde?
 Concordo
 Discordo
11. A ESP/PB faz uso de metodologias ativas, principalmente a problematização, como proposta metodológica. Você considera que essa prática poderia ser

considerada uma diferença positiva na formação técnica em saúde?

Sim

Não

12. Existe alguma resistência, enquanto docente ao uso das metodologias ativas e práticas pedagógicas inovadoras para formação em saúde, por parte dos docentes e equipe técnica envolvida no curso?

Sim

Não

13. Enquanto docente você considera que a proposta interdisciplinar da ESP/PB, atende a necessidade da formação técnica de trabalhadores da saúde?

Concordo

Discordo

14. Você considera que incentivos como formação pedagógica, planejamento coletivo e atividades de integração entre equipes fortalecem os processos que envolvem a formação técnica em saúde?

Concordo

Discordo

APÊNDICE B – Enquete de avaliação/validação

mariaribeiropedagoga • 3h

Enquetes de Avaliação do Produto Educacional

Práticas Educativas - ESP/PB

A finalidade do produto educacional foi alcançada?

Sim. Possibilita a integração inicial com o contexto acadêmico

Promove conhecimentos necessários a Equipe Pedagógica

Auxilia os docentes e equipes da escola

Desenvolver habilidades e conhecimentos.

10 votos • Mostrar resultados

O que foi importante considerar ao avaliar um produto educacional?

A quantidade de material

A eficácia nos processos pedagógicos

A coerência do conteúdo

A qualidade das informações

10 votos • Mostrar resultados

Votar

O Manual pedagógico pode ser considerado como um meio para os processos de articulação pedagógica entre docentes e equipe técnica da ESP/PB?

Em alguns momentos

Dispara um processo que precisa ser utilizado pela escola sobre as práticas educativas

Servirá somente para o pedagógico

Vamos precisar pensar em outros meios para ampliar essa articulação

10 votos • Mostrar resultados

Votar

O produto educacional "Manual pedagógico" foi bem avaliado por qual dos objetivos alcançados?

Qualidade do conteúdo

Qualidade das informações

Melhoria do entendimento dos processos educativos

Espaço de diálogo

10 votos • Mostrar resultados

Votar

O produto educacional "Manual pedagógico" foi bem avaliado por qual dos objetivos alcançados?

Qualidade do conteúdo 0%

Qualidade das informações 0%

Melhoria do entendimento dos processos educativos 90%

Espaço de diálogo 10%

10 votos • Ocultar resultados

Votar

Sugestões:

Sugestão
Revalidação do plano a cada dois anos com membros dos cursos para novas sugestões de melhorias.

Sugestão
Haver possibilidade de personalização por curso para se adequar a algumas características específicas de cada curso.

Sugestão
Importante esse material estar disponibilizado para docentes de educação profissional, pois norteia temas importantes para as reflexões em espaços formativos.

Sugestão
O manual está muito norteador, muito prático. Eu gostei bastante.

Sugestão
Achei interessante a proposta do manual, seria interessante todas as escolas terem o documento como este.

Sugestão
Inserir informações sobre a estrutura e execução dos cursos

APÊNDICE C – Manual Pedagógico



Práticas Educativas - ESP/PB

Manual Pedagógico

